



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

| COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO | | |
|--|-------------------|------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 1.134/2006 | DATA: 10/10/2006 |
| INÍCIO: 10h38min | TÉRMINO: 13h24min | DURAÇÃO: 2h46min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h47min | PÁGINAS: 53 | QUARTOS: 34 |

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

PAULO BERNARDO - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SUMÁRIO: Esclarecimentos, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de lei orçamentária para 2007.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.
Há intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há exibição de imagens.
Houve tumulto no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro aberta a 6ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que prestará esclarecimentos sobre o projeto de lei orçamentária para 2007. S.Exa. compõe a Mesa dos trabalhos, bem como o Relator-Geral da proposta orçamentária para 2007, Senador Valdir Raupp.

Para o bom ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso IX e X, do Regime Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permita. Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a partir deste momento está aberta a lista de inscrições para o debate.

Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, Sr. Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, Srs. Deputados e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que é uma satisfação participar desta audiência pública, oportunidade em que debateremos questões extremamente abrangentes. O Orçamento da União tem implicações em todas as áreas em que a ação do Governo se faz presente e necessária. Portanto, além de ser uma obrigação participar desta audiência, para mim é também uma grande satisfação.

Inicialmente, quero mencionar que, neste ano, é atípica a tramitação da peça orçamentária. Embora a proposta de lei orçamentária para 2007 esteja em tramitação no Congresso, ainda não foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO por questões políticas que todos conhecemos.

Não poderia deixar de registrar tal anomalia. Aliás, Sr. Presidente, faço aqui um apelo aos Srs. Congressistas, a esta Comissão e também, como parte envolvida



e responsável neste processo, ao Poder Executivo, no sentido de que possamos, em prazo subsequente, retomar o diálogo, ver o que precisa ser feito para concluir a tramitação da LDO. O mesmo acontece com a revisão do Plano Plurianual. Devemos, portanto, fazer um esforço.

Li nota das Consultorias da Câmara e do Senado dizendo que não podemos votar a peça orçamentária antes da votação da LDO. Não sei se formalizamos, mas a Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento também tem o mesmo entendimento. Seria um risco institucional, poderia dar margem a uma contestação judicial posterior votar o Orçamento para 2007 sem termos, antecipadamente, concluído a votação da LDO.

É evidente que há alguns pontos que precisam ser debatidos. Portanto, acho que o Executivo tem a obrigação de se colocar à disposição do Congresso para dirimir as dúvidas e avançarmos nessa tramitação.

Apresentarei aos Srs. Parlamentares, rapidamente, algumas tabelas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estes são os parâmetros que utilizamos para a execução do Orçamento: o IPCA; o IGPDI; o PIB real, em variação percentual; o PIB em valor nominal; a taxa de câmbio médio; o salário mínimo; e as taxas de juros.

É bom lembrar que o Executivo tem prazo até o final deste mês de outubro para remeter à Comissão de Orçamento, eventualmente, uma revisão desses parâmetros. Não vou me debruçar sobre eles, porque estamos debatendo a questão no Executivo, e no Congresso também, e até o dia 31 de outubro devemos convalidar ou modificar alguns parâmetros que estão subsidiando a elaboração do Orçamento para 2007.

A tabela seguinte mostra o quadro geral das nossas despesas. As despesas primárias, na proposta, alcançam 547,8 bilhões de reais. Nas principais rubricas do Orçamento, as transferências por repartição de receita chegarão a 100 bilhões de reais; despesas com pessoal e encargos sociais, 119 bilhões de reais; benefícios previdenciários e assistenciais, 210 bilhões de reais; atendimento à demanda de desoneração das exportações, 3,9 bilhões de reais; e demais despesas obrigatórias, 19 bilhões de reais; as discricionárias, 91 bilhões de reais; a reserva de



contingência, 3,5 bilhões de reais; despesas financeiras, 1 trilhão, 511 bilhões de reais.

A próxima tabela discrimina a mesma visão geral do Orçamento. Os principais componentes estão colocados na forma de gráfico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta tabela demonstra a expectativa de resultado primário. O estimado do Orçamento de 2006 e sua projeção para 2007, tudo isso já está atualizado de acordo com o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do quarto bimestre.

Portanto, temos uma perspectiva no Governo central de um resultado primário de 56 bilhões de reais, o equivalente a 2,45% do Produto Interno Bruto.

O Governo central e estatais acumularam 72,3 bilhões de reais e mais 25,3 bilhões de reais de estimativa de resultado primário dos Estados e Municípios.

Temos aqui um demonstrativo da composição da receita primária para 2007 (o de 2006 já está baseado no relatório do quarto bimestre, enviado ao Congresso no final do mês passado), e temos as receitas totais previstas para o ano que vem (468,5 bilhões de reais), sendo que a receita administrada pela Receita Federal é de 400 bilhões de reais. Dentro disso, destaco as não-administradas (67 bilhões de reais), e a correspondente a transferências a Estados e Municípios (101 bilhões de reais), conforme previsto, como disse anteriormente.

Esta outra tabela demonstra as despesas obrigatórias, também comparando com as de 2006, pelos mesmos critérios já mencionados anteriormente.

Quanto às despesas de pessoal, que deverão chegar ano que vem a 119 bilhões de reais, na verdade há uma discrepância de 1,4 bilhão em relação aos 119 bilhões por causa da diferença entre os regimes de caixa e o de competência. Mas o que está previsto no Orçamento são 199,3 bilhões de reais para despesas com pessoal e cargos sociais. As despesas com Previdência serão de 210 bilhões de reais. A complementação está discriminada separadamente: Previdência (181 bilhões de reais); abono e seguro-desemprego (15,6 bilhões de reais); benefícios de LOAS (11,6 bilhões de reais); renda mensal vitalícia (1,9 bilhão de reais); complementação do FUNDEB (2 bilhões de reais).

Vejam que isso já está compatível com a proposta aprovada pela Câmara, a qual, acreditamos, será aprovada também no Senado.



(Não identificado) - Já voltou do Senado para cá.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Ah! já voltou?! Desculpe-me. Perdi esse passo. Ainda assim, está compatível com a tramitação feita aqui, em acordo com o Executivo.

O Fundo de Exportações e as demais despesas obrigatórias somam 18,7 bilhões de reais.

A síntese do Orçamento com as receitas líquidas de transferências já foi mencionada anteriormente. As despesas obrigatórias, a meta de resultado primário e as despesas discricionárias somam 97 bilhões de reais. Incluímos aí as despesas discricionárias dos demais Poderes (5,6 bilhões de reais).

Esta tabela mostra a evolução da despesa de pessoal e encargos sociais em valores nominais desde 1997 até a previsão para o ano que vem.

Esta tabela mostra a mesma despesa de pessoal desmembrada entre os poderes. Valor real.

A linha vermelha mostra a evolução dos gastos do Poder Judiciário: a azul, do Poder Legislativo: a verde, do Poder Executivo.

Esta outra tabela — com certeza, de grande interesse para a Comissão — mostra o déficit do Regime Geral da Previdência Social. Temos uma previsão de receita previdenciária da ordem de 134,9 bilhões de reais e de despesa da ordem de 181,4 bilhões de reais. Portanto, há aí uma previsão de um déficit de 46,4 bilhões de reais para 2007. Esse resultado, no entanto, mostra uma evolução desde 1995. É só lembrar o que aconteceu com o déficit da Previdência nesse período.

Eis aí um demonstrativo sobre o salário mínimo. As barras mostram a evolução em reais; a linha vermelha mostra a evolução, convertida em dólar.

Este quadro, Sras. e Srs. Parlamentares, traz algo bastante importante para o debate sobre a Previdência Social, porque mostra a evolução da quantidade de benefícios de auxílio-doença previdenciário e acidentário permitidos pelo INSS entre 2004 e 2006. Vejam que a curva é ascendente até setembro de 2005, e que depois há um decréscimo e uma estabilização no mês de julho.

Na verdade, não o incluí aqui, mas já tenho o resultado de agosto. Percebemos que houve um aumento no mês de julho, cuja razão ainda não sei. O Ministro da Previdência, com certeza, poderá nos dizer mais sobre isso depois. O



certo é que houve uma melhora sensível nesse item nos 2 últimos anos, o que significa uma redução de despesa e também do déficit da Previdência.

Agora os senhores vêem a despesa discricionária por áreas — infra-estrutura, poderes de Estado e administração, política social e produção. Aqueles 91 bilhões de reais, que são a parte do Executivo, estão aí. Com certeza, os Srs. Parlamentares já sabem disso.

Este é o demonstrativo do projeto-piloto de investimentos, que no ano que vem chegarão a 4 bilhões, 600 milhões de reais. Há um demonstrativo para cada Ministério nas áreas de infra-estrutura, política social, poderes de Estado e produção. Vou me abster de falar detalhadamente sobre isso porque o material já foi distribuído e tenho certeza de que os Srs. Parlamentares já têm esses dados na cabeça, haja vista o trabalho que foi feito previamente sobre a proposta orçamentária.

Sr. Presidente, bem resumidamente, era essa a exposição que gostaria de fazer.

Sr. Relator, esses são os dados da proposta orçamentária do Governo Federal para 2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Em primeiro lugar, agradeço mais uma vez ao Sr. Ministro e à sua assessoria a exposição clara e sucinta.

Solicito aos Srs. Deputados e Senadores que assinem a lista de presença, porque vários Parlamentares nos pediram para votar alguns avisos de obras importantes em alguns Estados, e precisamos de *quorum* para fazer essas votações. Não se esqueçam da assinatura de presença à audiência pública e à sessão ordinária de hoje à tarde, para que possamos votar esses avisos.

Pois bem. Vamos iniciar nosso debate. A lista de inscrições está com a Sra. Secretária, D. Myrna, e ainda está aberta a V.Exas.

Passarei a palavra inicialmente ao Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2007, Senador Valdir Raupp. Depois seguiremos a lista de inscrições, que tem como primeiro orador o Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Sr. Senador Valdir Raupp.



O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, o Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e as Sras. e os Srs. Parlamentares aqui presentes.

Sr. Ministro, sabemos que as receitas deste Orçamento foram um tanto superestimadas, e que o previsto para a Lei Kandir também está aquém do necessário. Em 2006, foi estimado em 5,2 bilhões de reais, e no Orçamento foram alocados apenas 3,9 bilhões. Há uma dificuldade de alocar recursos. Sabemos que não podemos aumentar a carga tributária, mas os investimentos estão muito baixos.

Sem falar em outras questões que também estão defasadas no Orçamento, pergunto a V.Exa.: onde vamos encontrar essas receitas para cobrir o que prevê a Lei Kandir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Sr. Ministro para responder as indagações do nosso Relator-Geral.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Exmo. Relator, estimado Senador Valdir Raupp, entendo a avaliação que V.Exa. faz sobre as receitas. Conheço a nota — se não me engano, a Nota Conjunta nº 8 das consultorias de orçamento — em que se fala sobre as receitas e sei os argumentos que estão embasando a manifestação de V.Exa. e, com certeza, a visão da maioria dos Parlamentares, até pela excelência do trabalho que as consultorias realizam.

Parece-me que a polêmica sobre a receita está contida no que foi dado de resultado do Produto Interno Bruto deste ano e projeção para o ano que vem, de 4,75%. Quando montamos a peça orçamentária, achamos que os dados estavam perfeitamente adequados. Evidentemente, na revisão dos parâmetros, podemos até discutir isso, mas não temos hoje uma visão de que tenha mudado tanto a situação.

A outra questão sobre a qual também tenho ouvido algumas críticas diz respeito à previsão de receitas extraordinárias. V.Exa. sabe que, todos os anos, a Comissão de Orçamento faz uma estimativa de receitas extraordinárias e a inserção dessas receitas no Orçamento. Talvez a grande novidade seja que neste ano o Executivo fez isso. Temos uma estimativa e achamos que é perfeitamente compatível e realizável. Evidentemente, durante a tramitação, estaremos à disposição de V.Exa. e da sua assessoria para discutir com esta Comissão as receitas.



Com relação à Lei Kandir, lembro que essa questão não está perfeitamente solucionada do ponto de vista jurídico. A Lei Kandir foi feita em 1996 para valer até o ano de 2000. Depois disso, ela foi sucessivamente prorrogada de forma precária, de ano a ano. Portanto, isso ainda carece de ser regulamentado de forma definitiva.

Estamos discutindo com os Estados, por intermédio das suas Secretarias de Fazenda, e também temos conversado com os Parlamentares. A Comissão de Orçamento já fez vários debates sobre esse tema. Isso precisa ser definitivamente regulamentado. Estabelecemos o valor de 3 bilhões e 900 milhões baseados na *performance* dos últimos anos, mas também estamos à disposição da Comissão para discutir isso.

Com relação aos investimentos, a Comissão de Orçamento tem conseguido, nos últimos anos, aprimorar a nossa proposta. A proposta do Executivo sempre vem com um patamar de investimentos, e a Comissão, com emendas e modificações que são aqui procedidas, tem conseguido aprimorá-la. Tenho certeza de que isso vai ocorrer também neste ano.

Mas lembro que são 16 bilhões já alocados na proposta para investimento. Se não me engano, a proposta votada no ano passado foi de 17 bilhões para o ano que vem. Em 2005, com todas as emendas, saiu do Congresso com 22 bilhões. Só no caso do PPI, aumentamos de 3 bilhões, neste ano, para 4 bilhões e 600 no ano que vem. Portanto, penso que temos uma boa perspectiva na questão de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Srs. Parlamentares, faremos blocos de 3 intervenções, ou seja, 3 Parlamentares apresentam seus questionamentos, e em seguida o Ministro se manifesta.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Paulo Bernardo, V.Exa., Ministro, fez um apelo à Comissão para que pudessemos votar a LDO. Faço também um apelo, no sentido de que possamos votar a Resolução nº 2, de 2005, que é um dos motivos da nossa obstrução. Há outros entraves na LDO que são discutidos com outros companheiros, com outras bancadas, mas faço absoluta questão de que seja votada a Resolução nº 2 antes da votação de qualquer outra matéria no Congresso Nacional.



Gostaria de pedir ao Sr. Ministro que determine, quanto à LDO, uma interlocução com a Comissão, para que possamos avançar. Mas a Presidência deste órgão deve estabelecer um grupo de trabalho para definir o caso da Resolução nº 2, porque não aceitaremos mais o embargo de gaveta. Se o Congresso decidir rejeitá-la e manter as atuais regras de tramitação do Orçamento, não há problema, a decisão é da maioria. O que não podemos é permitir mais que essa questão não seja discutida.

Todos apresentam elogios. Já poderia ter feito um tratado com os elogios que recebi em plenário pelo conteúdo da resolução. E o mérito não é só meu, houve a participação de muitos companheiros, o Presidente do Congresso, o Presidente da Comissão, o Sr. Ministro, que, inclusive, quando Presidente da Comissão, estabeleceu os pontos fundamentais que norteiam a Resolução nº 2. O problema é que não conseguimos votá-la.

Quero fazer um apelo ao Ministro e ao Presidente da Comissão no sentido de que avancemos na discussão, porque senão, na hora de votar, não vou aceitar mais apelos para ceder, como já não os aceitamos na votação da LDO.

Sr. Ministro, temos uma diferença na questão do PIB, mas V.Exa. já disse que está revendo os parâmetros macroeconômicos dessa tabela. V.Exa. depois poderia dar mais ou menos o tom dessa revisão dos parâmetros macroeconômicos.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Vamos enviar isso para cá até o dia 31 de outubro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Está bem. Estou vendo que temos 191 bilhões em impostos e 195 bilhões em contribuições. Essa é outra distorção, Ministro, temos de resolver isso. As contribuições já representam mais que a arrecadação dos impostos, e não são divididas com Estados e Municípios. Não podemos mais permitir o enfraquecimento dos entes da Federação. Nossa Constituição diz quem são os entes da Federação: União, Estados e Municípios. Não é possível que só a União continue aumentando sua parte no bolo, em prejuízo dos demais.

A questão do déficit previdenciário. São quase 5 bilhões a mais de déficit previdenciário só do ano passado até agora. São 46 bilhões de déficit previdenciário.



É evidente, temos de resolver essa questão. O novo Governo, definitivamente, tem de enfrentar a questão do déficit previdenciário.

Quero fazer 2 questionamentos ao Sr. Ministro.

O primeiro: quem administra o projeto piloto? Quanto a empenho, execução e liberação financeira, qual a diferença, na prática, entre as obras que estão no projeto piloto e as que estão fora dele? Autorização de empenho e liberação financeira, isso diz respeito ao Ministério, ou há alguém acima dos próprios Ministros que pilota esses programas.

O segundo: a que se deve o corte de 42% relativamente ao Ministério da Integração Nacional, conforme está proposto no Orçamento?

Esses os questionamentos que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros, por se ter limitado ao tempo estabelecido.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Cumprimento o Sr. Ministro Paulo Bernardo, o Secretário-Executivo do Ministério, João Bernardo, o nosso Presidente, o nosso Relator, as Sras. e os Srs. Parlamentares.

Os números do Orçamento demonstram cabalmente que a economia brasileira passa por um dos seus melhores momentos nas últimas décadas. Temos uma trajetória de crescimento econômico, ainda que a taxas menores do que desejaríamos, que se revela consistente e sustentável, diante do fato de que a economia está muito mais protegida do ponto de vista das relações econômicas internacionais, já que o saldo da balança comercial este ano chegará a 43 bilhões de dólares, constituindo-se numa verdadeira blindagem para a economia brasileira, que não fica mais à mercê das crises especulativas do sistema financeiro globalizado.

Crescemos e estamos distribuindo renda, algo absolutamente necessário, mas novo na economia brasileira, porque, em nosso País, a lógica das últimas décadas tem sido a do crescimento com concentração de renda.

Se não bastasse tudo isso, convivemos com inflação de Primeiro Mundo. Neste ano, chegará a inflação a pouco mais de 3%, o que nos permite trabalhar no sentido de uma redução ainda mais vigorosa da taxa básica de juros no País. Isso, a



meu ver, é fator decisivo para que a economia possa ter taxas maiores de crescimento.

Tenho convicção de que o COPOM, nas próximas reuniões, continuará na sua trajetória de redução da taxa básica de juros da economia brasileira, para que ela possa, de forma sistemática e duradoura, crescer, como revelam as previsões para o próximo ano.

Sr. Ministro, do ponto de vista estritamente orçamentário, considero que seria fundamental um esforço do Governo, com os Governadores já eleitos, para que possamos disciplinar definitivamente os gastos relativos à Lei Kandir. Façamos um esforço, neste final de ano, para desenvolver a necessária pactuação, visando a trabalhar a chamada despesa obrigatória, que hoje não é obrigatória, porque a Lei Kandir não está vigendo de forma vigorosa. Sabemos que o Governo Federal não quer eximir-se de colaborar para a desoneração das exportações. Espero que possamos resolver essa questão, que já perdura por vários anos e acaba criando uma dificuldade muito grande para todos os Relatores.

Fui Relator do Orçamento, sei qual é o tamanho do problema. O Senador Raupp hoje convive com esse mesmo problema. Vivemos a seguinte situação, Ministro: pelo fato de estarmos com taxas de inflação de Primeiro Mundo e com gastos mais previsíveis, convivemos com um orçamento cada vez mais ajustado, o que torna cada vez mais difícil, na previsão das receitas ou na revisão da estimativa de receitas que é feita pelo Congresso Nacional, encontrar margens de recursos que possam dar conta das despesas obrigatórias adicionais, que devem ser tratadas no Orçamento, e também das despesas discricionárias, que são as relativas às emendas parlamentares. Portanto, considero que esforço nesse sentido será extremamente importante neste final de ano, tão logo se encerre a contenda do segundo turno nesta eleição presidencial.

Considero fundamental, Ministro, a observância do gráfico que V.Exa. apresentou no qual se aponta a evolução dos gastos de pessoal nos 3 Poderes. Mostra-se uma discrepância muito grande, comparando-se os gastos de pessoal do Executivo com os do Legislativo e do Judiciário. O próprio Judiciário acaba de nos enviar um pacote relativo a gastos com pessoal que causará impacto de 6 bilhões de reais.



Ministro, é fundamental que os 3 Poderes sentem à mesa e pactuem uma forma de, ao longo de determinado período de tempo, 4 ou 5 anos, encontrar uma convergência quanto às remunerações nos 3 Poderes. É inaceitável que os salários dos servidores do Poder Executivo continuem muito menores do que os dos demais. Sabemos que a elevação sistemática desses salários tem um impacto grande na questão orçamentária. É preciso que haja vontade política e convergência entre os 3 Poderes. Nós, no Poder Legislativo, temos que dar a nossa contribuição, porque essa situação é absolutamente inaceitável.

A outra questão na qual gostaria que trabalhássemos mais, tanto o Legislativo quanto o Executivo, refere-se às despesas obrigatórias de grande valor. Cito o caso dos gastos em saúde pública no País. Precisamos cuidar não só da evolução como da eficiência desses gastos. É fundamental que o Poder Executivo, com o Legislativo, comece a se debruçar sobre os gastos com saúde, educação, programas sociais, infra-estrutura. Devemos fazer estudos comparativos e adotar procedimentos que possam assegurar uma eficiência cada vez maior no que diz respeito a gasto, para que o aumento dos gastos signifique verdadeiramente universalização e melhoria da qualidade dos serviços públicos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Com a palavra o último integrante deste primeiro bloco, o Deputado Fernando Coruja, que disporá de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, Sr. Secretário-Executivo, vou direto às perguntas.

A LDO prevê que a obrigação quanto à queda de despesas primárias é de 0,1% do PIB, e o Orçamento prevê um aumento. Como vamos compatibilizar isso?

Segunda pergunta: o Governo pretende mandar para o Congresso pedido de prorrogação da CPMF?

Terceira pergunta: quais são os fatores que estão imbuídos na queda das despesas obrigatórias previstas para o Orçamento de 2007, em relação a 2006, bem como na queda da renda mensal vitalícia?

Também gostaria de saber algo sobre o aumento da carga tributária. Houve um aumento da carga tributária, em 2004, de 35,9% do PIB e, em 2005, de 35,4%.



Todos os sinais são de que o percentual vai aumentar em relação ao PIB em 2007. O Governo pretende aumentar impostos?

Sr. Ministro, estamos tendo, ano após ano, frustradas previsões em relação ao aumento do PIB. Não sou tão otimista como o Deputado Bittar, que diz que a economia está uma maravilha. Não posso entender como uma economia que, na América do Sul, cresce só mais do que a do Haiti esteja indo bem.

Sobre as condições de crescimento, embora o Ministro tenha dito que vai reavaliar os números, há uma previsão de crescimento de 4,75% do PIB em 2007. Elas são muito duvidosas. Seria um ano de forte crescimento, mas em nenhum instante a mensagem relativa à LDO e o Orçamento esclarecem como será esse crescimento. Então, gostaria que o Ministro explicasse qual a motivação de tanto otimismo em relação a esse crescimento da economia para 2007.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Encerrado o primeiro bloco de perguntas, tem a palavra, para apresentar suas respostas, o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, antes quero solicitar ao Deputado Fernando Coruja uma explicação, pois não entendi a questão que V.Exa. citou sobre a queda das despesas obrigatórias. Se V.Exa., Deputado, puder repetir a pergunta, eu a anotarei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - As despesas obrigatórias em 2006 são de 21,8 bilhões.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Deputado Fernando Coruja, diga qual é o quadro, por favor, para podermos fazer o acompanhamento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Está na página 7. A previsão para o projeto de Lei Orçamentária para 2007 é de 18,7 bilhões. Então, há uma previsão de queda de 3,1 bilhões em despesas obrigatórias.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Estão caindo em relação ao PIB, é isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Estão caindo de 21,8 bilhões para 18,7 bilhões. Em relação ao PIB, caem de 1,05% para 0,81%. Em valores



absolutos, caem em 3,1 bilhões as despesas obrigatórias. E há previsão de queda da renda mensal vitalícia.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - É que o conjunto das despesas obrigatórias aumenta. Em determinados itens, é verdade. Entendi agora o que V.Exa. está falando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Que despesas obrigatórias são essas que o Governo...

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra então o Sr. Ministro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Com relação aos questionamentos do Deputado Ricardo Barros, conheço a discussão sobre a Resolução nº 2, e, por razões óbvias, prefiro não me manifestar sobre isso. A questão do regimento da Comissão, a forma como é feita a tramitação do Orçamento, isso é algo para ser discutido pelo Parlamento. O Executivo tem que se eximir de entrar nesse debate. V.Exa. sabe que, como Deputado, participei dessas discussões. Minha visão não difere muito da que V.Exa. expõe sobre o tema. Essa é uma questão que o Congresso Nacional tem que discutir internamente.

No que se refere às contribuições, concordo com o espírito do questionamento que V.Exa. faz. Nos últimos 12 anos, as contribuições tiveram um crescimento muito maior do que a receita de impostos. Há um debate sobre o que poderia ser feito com relação a isso. Isso teria que ser objeto de mudança na Constituição, praticamente de uma repactuação federativa. É uma discussão salutar, mas não tenho nenhuma posição pronta sobre o assunto.

Quanto ao déficit da Previdência, concordo com o espírito dos questionamentos, Deputado Ricardo Barros, com a preocupação relativa ao crescimento desse déficit, mas queria dizer que conseguimos, no último período, reduzir grandemente a projeção que havia. Se V.Exa. examinar os dados, verificará que, no fim do ano passado e no começo deste ano, vários analistas, alguns inclusive do Congresso Nacional, projetaram para 2006 um crescimento de 45



bilhões referente ao déficit da Previdência, e devemos fechar com menos de 42 bilhões. A projeção, hoje, é de 41,5 bilhões.

Na semana passada, conversamos um pouco com o Ministro Nelson Machado e vimos que podemos fechar até com um número um pouco menor do que esse que está hoje projetado. Um resultado como esse não pode ser desconsiderado. É muito importante a mudança efetiva que houve na gestão da Previdência, particularmente quanto ao recadastramento. Ressalte-se também a gestão concernente ao auxílio-doença. O gráfico que mostramos elucida bem isso. Em termos nominais, houve diminuição da despesa com auxílio-doença durante esse período.

Portanto, acredito que, se persistirmos nessa trajetória, conseguiremos reduzir o déficit que está projetado para o ano que vem. A projeção é de 46 bilhões, mas lembro que, no começo deste ano, projetamos para o ano 45 bilhões, e vamos ter menos de 42 bilhões. Como disse, a projeção, hoje, é de 41,5 bilhões. Podemos avançar e reduzi-la ainda mais. A gestão na Previdência Social é extremamente importante, e tem alcançado êxito, com o trabalho que foi feito nesses últimos anos.

Com relação ao projeto piloto, é evidente que a gestão direta é do Ministério da área encarregada. Então, as obras da área de transporte são geridas pelo Ministério dos Transportes; as demais, pelos outros Ministérios. Mas um trabalho de avaliação permanente é feito por um colegiado composto de técnicos de vários Ministérios: Planejamento, Fazenda, Casa Civil e, evidentemente, o Ministério encarregado de tocar a obra. Durante a tramitação, vamos fazendo os ajustes necessários, para não se deixar que uma obra pare por problema de burocracia ou por dificuldades que poderiam ser resolvidas.

Acredito, Deputado Ricardo Barros, que num futuro próximo teremos condição de estender essa forma de gerenciamento, que hoje é piloto, como o nome já diz, para a totalidade dos investimentos do Governo Federal e, por que não, para projetos importantes executados fora da área de investimentos. Então, é uma experiência que está sendo feita nesse período. Será o equivalente a meio ponto percentual do Produto Interno Bruto em 3 anos, ou seja, pouco mais que 10 bilhões de reais. Essa experiência que está sendo acumulada no Governo Federal — refiro-me aos técnicos, a essa forma de gerir o projeto piloto — tem condição de ser



estendida para outros projetos. O tempo para fazer esses investimentos ficarem em pé, conforme o jargão do Orçamento, é maior, mas depois a execução será muito mais rápida. É uma forma melhor de trabalhar os investimentos.

No que diz respeito ao corte no Ministério da Integração Nacional, deve-se basicamente ao fato de que deixamos de colocar recursos em projetos em relação aos quais há contenciosos, principalmente na área ambiental. Alguns estão na Justiça, outros, não. Há casos até que estão no Supremo Tribunal Federal, relacionados a obras de infra-estrutura. Evidentemente, solucionados esses contenciosos que estamos enfrentando, a idéia é recolocar os recursos para que se continue tocando essas obras, inclusive a de transposição de águas do São Francisco, que é a mais expressiva — são praticamente 800 milhões de reais a menos, por causa desse contencioso. Abstivemo-nos de colocar o dinheiro porque não temos como tocar a obra neste momento.

Com relação às questões que expôs o Deputado Jorge Bittar, concordo com a avaliação de S.Exa. E reforço suas palavras. Refiro-me à inflação medida pelo IBGE. O IPCA acumulado neste ano até agora foi de 2%. Conforme algumas projeções para todo o ano de 2006, pode até não passar de 3%.

Se mantivermos a situação fiscal arrumada, temos todas as possibilidades de alcançar um crescimento maior. O Deputado Fernando Coruja não concorda com o otimismo de V.Exa., Deputado Bittar, mas eu compartilho dele. Temos condições de seguir eliminando os entraves ao crescimento econômico.

Quanto à Lei Kandir, concordo com que nos deveríamos debruçar sobre o tema. A discussão tem de envolver necessariamente os Estados, e também os Municípios, porque a estes pertence uma parte do que é repassado pela Lei Kandir. É preciso dar uma solução definitiva ao problema, o que representa uma grande responsabilidade, porque envolve conflito de interesses, disputa na repartição dos recursos pelos Estados. Parece-me que deveríamos somar esforços. Refiro-me ao Congresso Nacional, ao Executivo Federal, aos Executivos Estaduais, mas também aos Municipais, porque uma parte dessa receita lhes pertence.

V.Exa. mencionou a questão da melhoria dos gastos na área da saúde. Concordo plenamente com sua assertiva, Deputado, e acho que deveríamos ainda



neste final de ano nos debruçarmos sobre o tema e tentar regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, que criou uma regulamentação para os gastos da saúde.

Já temos um debate maduro dentro do Congresso Nacional, com o Executivo, com os entes federativos. Esse tema também é uma caixa de abelhas do ponto de vista político, porque existem interesses conflitantes entre Estados e Municípios. Entretanto, é perfeitamente possível se fazer um esforço para regulamentar os gastos em saúde ainda este ano e entrar no ano que vem com isso solucionado. Isso é fundamental.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ministro, faço uma pequena observação. V.Exa. não comentou a questão do gasto com pessoal nos 3 Poderes. Precisamos provocar um fórum dos Poderes que possa gerar uma convergência de remuneração a médio prazo. É insustentável que continue a haver essas discrepâncias que hoje se verificam.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Eu devia ter mencionado isso. Concordo plenamente com o que V.Exa. diz. Isso, aliás, é preceito constitucional. Temos de ter parâmetros mais equilibrados de remuneração entre os Poderes.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Acabamos de absorver impacto de 6 bilhões de reais de gasto com pessoal do Judiciário. Isso se dará ao longo dos próximos anos. Trata-se de um problema grave.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Parece-me que seria de todo oportuno fazer uma discussão sobre isso e estabelecer um parâmetro claro, objetivo de crescimento da despesa com pessoal.

Defendo que deveríamos fazer com que ela subisse, no máximo, na proporção do Produto Interno Bruto. Talvez fosse o caso de um aumento para a questão do crescimento vegetativo, vinculado, quem sabe, ao crescimento demográfico. É algo imprescindível. E tem de haver critérios que tornem mais isonômica a remuneração entre os 3 Poderes.

Deputado Fernando Coruja, em relação às despesas primárias, tentamos cumpri-las. Tenho de falar francamente com V.Exa. Conversei com o Deputado Gilmar Machado e com o Senador Romero Jucá e temos discutido com a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e com a do Senado Federal sobre a possibilidade de modificarmos a redação dada ao substitutivo. Parece-me



muito difícil, senão impossível, resolver o que está na redação desse item. Creio que isso foi reconhecido pela Consultoria na Nota Conjunta nº 8, que diz que o Executivo tem razão quando reclama da redação, embora eles nos cobrem que deveríamos fazer um esforço para diminuir as despesas. Não fujo desse debate, mas, primeiro, precisamos rever essa redação. De fato, não tivemos condição de cumprir.

V.Exa. perguntou se o Executivo planeja propor a prorrogação da CPMF. Respondo-lhe de forma muito objetiva que o Executivo não tem posição sobre isso ainda. Os Ministros precisam conversar, entrar em acordo, para, em seguida, levar uma proposta ao Presidente da República.

No Ministério do Planejamento, a avaliação que fazemos é de que precisaremos prorrogar a vigência da CPMF. Aliás, tenho externado essa posição publicamente. Deveríamos aproveitar o momento para fazer um gesto também para a sociedade. Quando foi criada, a CPMF tinha um objetivo meritório, debatido exaustivamente pela sociedade e pelo Congresso Nacional. Acho que ela cumpriu grande parte dos seus objetivos e hoje é um grande instrumento de arrecadação, em torno de 32 bilhões neste ano.

Eu disse “acho”, Deputado, porque não há ainda uma posição fechada do Executivo. Tenho defendido que seja prorrogada a CPMF por 10 ou 15 anos, havendo diminuição gradual da alíquota. Hoje, é de 0,38%; chegaria a 0,08%. Por que 0,08%? Porque esse percentual é a parcela da CPMF destinada ao Fundo de Combate à Pobreza. É óbvio que, se fizéssemos uma proposta para reduzir para 0,1%, não haveria consenso. Se mudássemos a alíquota de 0,38% para 0,08%, isso significaria um corte de praticamente quatro quintos da receita. Seria um compromisso do Governo de diminuir gradualmente a carga tributária nesse item. E é claro que pode haver outros pontos.

Essa medida deveria estar vinculada a uma redução gradual das despesas primárias do Governo Federal. Nenhum governo tem condição de dizer que amanhã vai baixar a carga tributária e diminuir profundamente as despesas, mas, se tivermos um plano de longo prazo, temos condições de cortar gradualmente despesa e carga tributária. Isso permitiria reduzir a carga tributária e, ao mesmo tempo, adequar as nossas despesas para que não tenhamos dificuldades administrativas. Então, essa é a visão que temos defendido. Espero que esse debate continue.



Como a CPMF tem vigência até o final do ano que vem, acredito que o novo Governo terá de enfrentar essa discussão no começo do ano, porque um tema como esse não se discute aqui em 30 dias. Com certeza, o Congresso Nacional vai realizar um debate intenso, com a participação da sociedade, enfrentar pressões e dirimir conflitos de interesse, mas acho que deveríamos caminhar nesse sentido.

Então, foi perguntado se vamos aumentar imposto. Afirmando que há no Governo um consenso de que temos de caminhar no sentido oposto, ou seja, temos de continuar a redução de tributos. Neste período de quase 4 anos, realizamos uma série de medidas de redução tributária, de desonerações setoriais. Foram votadas várias matérias, como a MP do Bem, que significaram reduções para vários setores: construção civil, alimentos, bens de informática, bens de capital. Tiramos o que significaria, neste ano, aproximadamente 19 milhões em tributos federais.

Temos de continuar. Mas precisamos ter consciência de que precisamos reduzir despesas para reduzir tributos. De outro modo, não vai fechar a conta. Não há como se montar o Orçamento dessa maneira. Todos os senhores são especialistas, sabem muito bem como funciona isso. Essa é a visão que temos no Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Sr. Ministro.

Com a palavra, para a réplica, o Deputado Ricardo Barros, que dispõe de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Quero fazer 2 questionamentos rapidamente.

O primeiro. O Senador Osmar Dias apresentou uma proposta de emenda constitucional em que transfere 10% das contribuições para o Estado e mais 10% para os Municípios. Na verdade, o fato de o Governo aumentar as contribuições e não os impostos se deve ao seu interesse de não os dividir. Se começarmos a fazer a divisão lá nas contribuições, provavelmente teremos a manutenção de um desequilíbrio. Essa proposta de emenda constitucional é meritória nesse sentido.

O aumento de 1% relativo ao Fundo de Participação dos Municípios também é meritório. Quero até ouvir a posição do Ministro. Desejo saber, no caso de concedermos esse aumento, se acha que avançaremos.



O segundo questionamento. O Ministro elogiou muito a gestão do auxílio-doença, previdenciário e acidentário. Desejo saber como o Governo diminuiu 300 mil benefícios em 6 meses. Somente negando? A pessoa vai lá e o médico diz: *“Não, você não está doente, você não tem direito”*. Qual a mágica dessa redução?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Na verdade, não há mágica alguma, Deputado Ricardo Barros.

Primeiro, essa proposta do Senador Osmar Dias, não desconsidero o seu mérito, creio que é importante. O Deputado Júlio Cesar tem trabalhado nessa linha também.

O significado disso é que terá de ser feito o pacto federativo, porque, se simplesmente mandarmos para os Estados e Municípios 20% da receita de contribuições, provavelmente não conseguiremos montar o orçamento federal. Terá de acontecer uma discussão sobre receitas e encargos. É perfeitamente possível, mas não simples, fazer isso. O Congresso sabe que, todas as vezes em que temos de discutir sobre questões federativas, todos nos engalfinhamos. Não é fácil resolver essa questão, mas ela é meritória.

Com relação a esse ponto percentual para os Municípios, a posição do Governo é favorável. Queremos que seja aprovada a PEC que trata da reforma tributária e prevê esse ponto percentual a mais. É importante principalmente para os pequenos Municípios. Ela também cria o Fundo de Desenvolvimento Regional. É algo relevante. Não se tem falado tanto nisso, mas é algo fundamental.

No que diz respeito à Previdência Social, não há mágica alguma. Foi feito o sistema de gestão. O pessoal está trabalhando e fazendo o monitoramento, dia a dia. Vou dar apenas um exemplo. O cidadão sofria um acidente qualquer e quebrava o braço. Ele recebia o auxílio-doença, mas precisava voltar a fazer uma perícia para depois ter alta. Houve um colapso no serviço de perícia. O serviço foi terceirizado. A medida foi desastrosa para a gestão da Previdência Social. Terceirizaram os serviços do médico perito. O que aconteceu? O cidadão não conseguia fazer a marcação e provavelmente não fazia tanta força, porque o problema dele estava



resolvido. Esperava de 6 a 8 meses para ser atendido e obter alta para poder voltar a sua atividade e interromper o auxílio-doença.

O que a Previdência fez? Primeiramente, acabamos com a terceirização. Foram realizados concursos para os médicos peritos. Isso melhorou muito a gestão.

Em segundo lugar, adotou-se o seguinte procedimento: o cidadão quebra o braço. Quanto tempo é necessário para sua recuperação? O Deputado Nazareno é médico. O procedimento médico cita que normalmente o cidadão leva 80 dias para recuperar-se, ou até menos, dependendo da idade e das condições de saúde da pessoa. Ora, o auxílio-doença é feito por aquele prazo. Caso haja complicador, dificuldade na recuperação, marca-se uma perícia. Assim, serão pouquíssimos os casos em que vão pedir para voltar e fazer a perícia. Antes a prorrogação era automática. Às vezes a pessoa quebrava o braço e ficava de 10 a 11 meses com o “braço quebrado” — entre aspas — e não se dava baixa.

Foram essas as medidas, na verdade sem nenhuma mágica, adotadas na gestão da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Ministro, em relação à queda nas outras despesas obrigatórias e na renda mensal vitalícia, a que V.Exa. atribui essa previsão de queda?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Deputado, de fato, esqueci-me de falar sobre esse ponto. Nesse quadro, dos 21 bilhões e 18 bilhões, outras despesas obrigatórias, estão computadas as medidas provisórias editadas este ano. Para o ano que vem, portanto, não há como prever. Pode ser que até entre uma medida provisória com despesas obrigatórias e haja uma diferença. Também existe uma queda na previsão de pagamento da complementação do FGTS, o resíduo foi pago este ano e não tem a mesma previsão para o ano que vem.

A renda mensal vitalícia é um benefício que foi substituído na LOAS. Portanto, não existe mais entrada no sistema. Estabilizamos a despesa. Por exemplo, se uma pessoa falece ou dá baixa por qualquer outro motivo, essa despesa, gradativamente, cairá ano a ano. De fato, havia pulado a resposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Passemos ao segundo bloco.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carreira pelo prazo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Inicialmente, cumprimento o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o Secretário-Executivo do Ministério, João Bernardo, o Presidente da Comissão, Gilmar Machado, e o Relator do projeto de lei, Senador Valdir Raupp.

Nossas questões vão referir-se basicamente a estimativa de receita e a despesas com pessoal e investimento.

Uma das alterações introduzidas realmente no projeto de lei de Orçamento de 2007 foi a inclusão das receitas atípicas na própria proposta orçamentária. Essa iniciativa anteriormente era do Congresso Nacional. Desta vez o Poder Executivo tomou a iniciativa de incluir as receitas atípicas diretamente na proposta, o que vai limitar, de certa forma, a ação do próprio Congresso Nacional com relação à reestimativa de receita e, evidentemente, à fixação da despesa. Quais as razões que realmente levaram o Governo a proceder essa mudança? É a pergunta número um.

A segunda pergunta tem a ver diretamente com essa questão limitativa. É o fato de o projeto de lei projetar o crescimento do PIB em 4,75% enquanto o IPEA, por exemplo, prevê 3,6% para o próximo ano. Como a variação real do PIB estimula um efeito de quantidade na estimativa do Imposto de Renda, pode-se inferir que esse imposto, em suas diversas modalidades, encontra-se superestimado. Como serão corrigidas essas distorções? Temos uma projeção, uma superestimativa e as projeções não indicam que teremos a oportunidade de alcançar esses percentuais.

A terceira pergunta refere-se ao expressivo aumento da despesa de pessoal e encargos sociais, da ordem de 17,96%, em relação a 2006. Os investimentos nesse mesmo período, nessa mesma proposta, tiveram um aumento menor, de 13,29%. Isso não continua a indicar um excesso de aumento de gastos com a máquina pública, em detrimento da qualidade do gasto público, por exemplo, com os investimentos?

São as 3 questões que gostaria de fazer.

Queria acrescentar mais duas indagações, sendo uma delas por curiosidade. Queria apenas saber o que levou a esse expressivo aumento dos investimentos,



naquele quadro de produção projetado em que aparecem, em relação a 2006 contra 2007, 663 milhões de reais para o turismo, praticamente o dobro do que estava previsto em 2006, 317 milhões de reais. Isso é financiamento?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Queria esclarecer que uma parte é para a infra-estrutura de turismo nos aeroportos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Então, a infra-estrutura está incluída. Porque dá esse salto e fica um pouco esquisito o entendimento.

Uma outra coisa a que fiz referência anteriormente várias vezes e acho que o Ministro conhece muito bem, porque foi Presidente da Comissão, é evitar que de novo tenhamos, no final do ano, que nos debruçar sobre as mesmas questões com relação à Lei Kandir.

O Governo passa o ano todo com a cabeça mergulhada no buraco, e o mesmo fazem os Estados. Não discutem e não tratam da questão e depois lançam sobre o Congresso a responsabilidade e o desgaste de ter que resolver um problema que, às vezes, não é possível resolver aqui. Inclusive, tivemos dificuldades no ano passado.

Então, se ainda restam estes 2 meses depois da eleição, que haja um entendimento entre os Estados e o Governo de forma a solucionar o problema relativo à Lei Kandir, para que não venha de novo recair na mão do Relator a responsabilidade, como caiu na mão do Deputado Carlito Merss este ano, de tentar resolver essa questão complicada.

Apenas uma confirmação: o Ministro fez referência à existência de menos de 800 milhões para a transposição do Rio São Francisco.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Teríamos que colocar 900 e colocamos 100.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Pergunto: vai haver transposição ou não? No Rio Grande do Norte, o Presidente disse que vai haver. Quando chega em Sergipe, diz que não vai fazer mais. Quando chega na Bahia, em Juazeiro, diz que pode fazer. Então, vai ou não haver transposição?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - É melhor resolver antes de colocar o dinheiro — não é, Deputado?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Sciarra por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário-Executivo, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, queria fazer algumas considerações. A primeira delas é com relação às despesas com pessoal e investimentos. Tivemos, segundo o projeto da lei orçamentária para 2007, um aumento de despesas com pessoal e encargos sociais de 18% — ou 17,96%, para ser mais preciso — em relação ao projeto do ano passado. E os investimentos, por sua vez, tiveram um aumento menor, de 13,29%. Minha preocupação é com relação à qualidade do gasto público.

Pergunto ao Ministro se esses números não comprovam uma tendência de aumento de gasto com a máquina estatal, resultando em clara diminuição da qualidade do gasto público em 2007.

Uma outra questão que faço é com relação à perspectiva de correção da tabela de Imposto de Renda e, por último, Sr. Ministro, queria fazer uma consideração com relação aos investimentos em saneamento básico.

O Congresso Nacional fez um esforço este ano, por iniciativa dos Presidentes das duas Casas, para votarmos a Lei de Saneamento. Foi criada uma Comissão Mista para apreciar a matéria e ela foi aprovada. Foi aprovada também no Senado e vai ser discutida na Câmara proximamente. Há 20 anos discutimos essa lei no Congresso Nacional. Infelizmente, estamos vendo uma alocação de recursos muito pequeno para o saneamento básico no orçamento de 2007.

O Presidente Lula, no debate de domingo, confundiu-se e disse que tinha aplicado 10 bilhões em saneamento, sendo que esses recursos são do BNDES, portanto, oriundos de empréstimo e iniciativa dos tomadores, os Estados e Municípios, não a União.

Estamos percebendo que há uma diminuição dos gastos em saneamento — os dados do SIAFI podem comprovar — com relação inclusive ao Governo anterior, já que este Governo Lula gosta tanto de fazer comparação com o Governo anterior. Em valores corrigidos para 2006, representam 68,1% dos investimentos realizados pelo Governo anterior, quer dizer, é uma redução significativa nos investimentos deste Governo.



O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Quanto era?

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Eram 68,1% dos investimentos realizados pelo Governo anterior na área de saneamento.

Então, pergunto: tendo em vista esses decrescentes e irrisórios valores destinados ao saneamento, como o Governo pretende alcançar as metas previstas pela Política Nacional de Saneamento, que previa, para 2010, o acesso de 96% da população brasileira aos serviços de água, 65% ao serviço de coleta de esgoto e 44% aos serviços de tratamento de esgoto? Nós não vamos atingir esses números previstos como meta caso os investimentos continuem nesse patamar.

Eram essas as minhas indagações, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Colbert Martins. *(Pausa.)*

Na sua ausência, concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, gostaria de referir-me a uma questão que considero importante ser discutida em todas as áreas, inclusive na Comissão de Orçamento, que é a transposição do Rio São Francisco. A meu ver, a transposição deveria estar intimamente vinculada ao processo de revitalização do Velho Chico.

Inclusive, já existe, como é do conhecimento de V.Exa., uma proposta de emenda à Constituição aprovada por unanimidade no Senado Federal, há mais de 4 anos, que se encontra na Câmara, onde tanto a Comissão Especial quanto a Comissão de Constituição e Justiça deram parecer favorável. Essa PEC destina aproximadamente 220 milhões por ano, durante 20 anos, ao projeto de revitalização ou à criação de um fundo de desenvolvimento sustentável para o Rio São Francisco.

Isso implicará, Sr. Presidente e Sr. Ministro, sem dúvida alguma, na alocação de recursos fundamentais para resolver, em definitivo, o problema da degradação do Rio São Francisco, que, como todos sabem, é um rio prejudicado ao longo do tempo pelo maltrato que recebeu das indústrias de carvão e dos fazendeiros, que tiraram suas florestas ciliares. Além disso, há o assoreamento do rio, enfim, problemas que precisam ser resolvidos com recursos.



Então, gostaria de obter de V.Exa. esclarecimentos quanto ao andamento dessa matéria, uma vez que há boatos nos corredores da Câmara no sentido de que, enquanto o Presidente é favorável à transposição — da qual eu discordo, e já o fiz publicamente — e já disse isso várias vezes em pronunciamentos, inclusive agora, em Sergipe, quando se referiu a essa PEC em tramitação na Câmara dos Deputados, há uma resistência da equipe econômica do Governo, pois existe uma vinculação de recursos orçamentários, já que o Governo terá de disponibilizar anualmente, durante 20 anos, mais de 200 milhões. Se há unanimidade da equipe econômica em uma posição favorável à aprovação dessa matéria, a Nação precisa tomar conhecimento. Não posso acreditar que, enquanto o Presidente se diz favorável, algum Ministro, como o da Fazenda, possa apresentar resistências.

Sr. Presidente, sabemos que os Municípios estão passando por um momento muito difícil e dramático no que se refere a sua arrecadação, agravada com a cobrança sistemática de dívidas do INSS. Há Municípios que estão praticamente voltados para o pagamento de dívidas atrasadas da Previdência. Conheço Municípios que estão pagando 40% do Fundo de Participação só para o INSS. As administrações anteriores não tiveram sequer o cuidado de recorrer e os Prefeitos que sucederam essas administrações encontraram uma verdadeira bomba-relógio.

Como resolver essa situação? Nem uma renegociação pode resolver. Só resolveríamos se o Senado Federal aprovasse um projeto de resolução estabelecendo que a dívida dos Municípios com a Previdência não poderia ultrapassar um determinado percentual — por exemplo, 13%. Já temos um projeto pronto com essa finalidade, porque estamos realmente preocupados com a situação dos Municípios.

O Deputado Ricardo Barros tem razão, precisamos aumentar a arrecadação dos Municípios, fazendo uma minirreforma tributária, proporcionando 1% de aumento na arrecadação do Fundo de Participação, resolvendo essa questão crucial. Sem essa solução os Municípios continuarão eternamente mergulhados em uma crise.

Sr. Ministro, gostaria da opinião de V.Exa. sobre estes 2 assuntos: a revitalização do Rio São Francisco e a sede compulsiva do INSS, que insiste em



cobrar as dívidas dos Municípios, mesmo que os deixe em situação vexatória, sem condições de pagar seus próprios funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Senador.

Para responder às perguntas do segundo bloco, tem a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Primeiramente quero cumprimentar o Deputado Luiz Carreira, que levantou a questão das receitas extraordinárias. De fato, na avaliação das possibilidades de receita, na hora de montar nossa proposta, avaliamos, discutimos isso e chegamos à conclusão de que tínhamos possibilidade. Essas receitas são uma projeção. Como tem acontecido quase todos os anos, o Congresso tem feito também uma estimativa de possibilidade de arrecadação com receitas extraordinárias. E fizemos a opção de incluí-las na proposta orçamentária.

Com relação ao crescimento do Produto Interno Bruto, conforme já disse, vamos fazer — isso é regimental, temos que fazê-lo até o dia 31 de outubro — a reavaliação de todos os parâmetros que embasaram a construção da proposta de lei orçamentária. Vamos, portanto, mandar para cá, no dia 31 ou no dia 1º de novembro, mas, de fato, acreditamos que não vai haver grandes mudanças.

Particularmente em relação à 2007, Deputado Carrera, diria que as possibilidades de crescimento, já que já estamos no mês de outubro, são muito grandes. Evidentemente, depois da eleição, temos que dar sinais. O Executivo, o novo Governo e o Congresso terão que mostrar para todos os agentes econômicos que vai haver estabilidade, controle da inflação, controle das nossas contas. Se isso for feito, evidentemente, vamos ajudar a estimular o crescimento.

Estamos discutindo aqui algumas medidas na área fiscal. O Deputado Coruja perguntou sobre a questão das despesas primárias, sobre a questão da CPMF. Esse vai ser um debate que este Congresso terá que fazer no começo do ano que vem. Quanto mais cedo fizermos esse debate no ano que vem, melhor vai ser para estimularmos e sinalizarmos no sentido do crescimento econômico.

Com relação ao aumento de gastos e o crescimento mais modesto na proposta para os investimentos, acho que vai no mesmo espírito. O Deputado Sciarra também fez essa pergunta. Temos que fazer um ajuste — por isso defendo que seja gradual e de mais longo prazo — de maneira a diminuir as despesas



correntes e aumentar a parcela reservada para investimentos e ainda buscar fazer diminuição gradual da carga tributária.

Isso precisa ser feito. Quem trabalhou no Orçamento — os Parlamentares desta Comissão são especialistas — e quem trabalhou no Governo (o Deputado Luiz Carreira foi Secretário e o Deputado Eduardo Sciarra foi Secretário de Estado) sabe que temos que fazer um plano consistente para realizar isso em um prazo mais longo.

Não vamos conseguir fazer isso a curto prazo. Quem estiver dizendo que vai fazer corte da carga tributária no começo do ano que vem ou que vai cortar não sei quanto da despesa no ano que vem, com certeza não sabe o que está falando. Não é verdade, não vai acontecer isso. Mas podemos construir uma estrutura onde gradualmente sobre mais dinheiro para investimentos, basicamente, em infra-estrutura. Temos de resolver questões como o saneamento, citado pelo Eduardo Sciarra, o transporte e a energia.

Com relação à Lei Kandir, visto a carapuça. Acho que essa questão tem de ser resolvida. Temos que chamar os executivos estaduais e o Governo Federal. Temos de fazer isso. Acho imprescindível que o Congresso participe ativamente desse processo, porque, de fato, do ponto de vista político, a confusão vem para dentro desta Casa. Como isso não está resolvido há vários anos, o conflito vem para dentro do Congresso e os Parlamentares ficam submetidos a pressões de todos os lados. Aliás, a pressão é normal, democrática, faz parte, mas poderíamos administrar melhor se resolvêssemos essa questão de uma vez por todas.

Deputado Eduardo Sciarra, com relação às questões abordadas por V.Exa., a despesa de pessoal cresceu, na nossa proposta, em relação à proposta do ano passado, 10,87%. Na verdade, considero um crescimento grande, um crescimento substancial. Quanto aos investimentos, comparando uma com a outra proposta, houve um crescimento de 22%. Agora, dentro do espírito do que foi questionado por V.Exa., temos que fazer um esforço para, à medida que a economia cresça, as despesas correntes não terem crescimento muito maior ou que o crescimento seja, de preferência, parecido com o do Produto Interno Bruto, porque temos uma defasagem grande nos gastos com investimento. *(Pausa.)*

O João Bernardo está questionando o número aqui.



Precisamos achar a forma de termos mais dinheiro para fazer investimento. Esse é o objetivo de todos nós. Temos de construir essa proposta que acho que temos condição de fazer.

Com relação ao saneamento básico, o Ministério das Cidades fez um levantamento, se não me engano, ainda no fim de 2004, que mostra que precisaríamos ter investimentos da ordem de 10 bilhões por ano, durante 18 anos, para atender aos objetivos de universalizar o atendimento de saneamento, abastecimento de água e tratamento. E V.Exa. tem trabalhado nessa questão.

Acho que um dos pontos fundamentais é aprovar a Lei do Saneamento Básico. Foi dado um passo importante, porque na Comissão Mista — V.Exa. foi membro dessa Comissão — se construiu um acordo, do qual participou a Câmara, o Senado, o Executivo e várias entidades ligadas a essa questão. Parece-me que o projeto, pela decisão da Comissão, ficou para tramitar primeiramente no Senado.

Quero dizer que o Executivo concorda com o espírito da lei. Participamos do acordo e achamos fundamental aprovar essa lei aqui na Câmara Federal. Como ela já foi aprovada no Senado, poderíamos fazer um esforço para aprová-la ainda neste final de ano, porque isso vai abrir uma possibilidade.

V.Exa. sabe também que não disporemos de 10 bilhões no orçamento apenas para fazer esse investimento. Não vamos ter condições de investir esses 10 bilhões por ano. Vamos ter que atrair uma parte desses 10 bilhões da iniciativa privada.

Hoje, o Fundo de Garantia tem financiado. Os 10 bilhões citados pelo Presidente no debate, o que incomodou V.Exa., na verdade, são originários do Fundo de Garantia, que tem emprestado para as companhias estaduais em condições adequadas, até porque o Fundo de Garantia tem que ter retorno; o dinheiro é público, mas pertence aos trabalhadores, tem que ter o retorno.

Então, para construirmos uma proposta, podemos contar com recursos do orçamento e com recursos de fundos, como o Fundo de Garantia e outros. É fundamental haver esse marco regulatório. A segurança jurídica é absolutamente imprescindível para avançarmos por meio de Parceria Público-Privada, de concessões e de outras fórmulas. Há fórmulas já em desenvolvimento em alguns Municípios que podemos aprofundar.



O Senador Antônio Carlos Valadares indaga sobre o São Francisco. Senador, desculpe-me pedir a atenção de V.Exa., mas quero responder a questão que V.Exa. apresentou sobre o São Francisco. Há na proposta orçamentária uma dotação de 100 milhões destinados à revitalização do São Francisco, a todas aquelas obras, aquelas atividades que consideramos imprescindíveis para que o rio seja menos maltratado, como disse V.Exa., pois ele foi maltratado ao longo dos anos por todos nós. Nossa visão é a mesma de V.Exa., temos que fazer a transposição, mas temos que fazer também a revitalização. E o fato de termos alguns problemas para resolver na transposição não deve ser motivo para pararmos de fazer as obras de revitalização. Elas têm que ser feitas, têm de continuar sendo feitas. Essa é a nossa visão.

Com relação à PEC que foi aprovada no Senado Federal e veio para a Câmara dos Deputados, nossa equipe econômica é favorável. Talvez tenhamos algumas dificuldades, precisemos de discutir alguns detalhes, o tamanho. Não sei quais são exatamente os problemas, não sei se V.Exa. está indagando para saber ou se sabe de alguma coisa que eu não sei. Então, queria dizer que temos disposição para discutir. Talvez haja divergência pontual, mas nossa idéia é trabalhar para aprovar. Achamos que essa PEC é extremamente meritória e deve tramitar.

Com relação à dívida dos Municípios com o INSS, é um problema extremamente complicado. Concordo com V.Exa., acho que devemos buscar uma solução. Dentro do Governo temos tido algumas conversas ainda incipientes. Não tenho nenhuma posição para passar para V.Exa. Temos discutido inclusive com a Câmara, já que alguns Deputados nos procuraram. Talvez no próximo período, 2 ou 3 meses, teremos condições de continuar essa conversa. Se V.Exa. quiser entrar em contato, temos toda a disposição de conversar. Evidentemente, tem que envolver outros Ministérios — Ministério da Previdência, Ministério da Fazenda —, mas concordamos que esse é um problema que vai ter que ser atacado e para o qual terá que ser encontrada uma solução.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, gostaria de uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Senador.



O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Ministro, V.Exa. se referiu à PEC. Realmente, só falta colocá-la em votação no plenário da Câmara dos Deputados. Pediria, então, a ajuda de V.Exa., não só como Ministro, mas também como Deputado bem relacionado na Casa, no sentido de dar velocidade ao andamento, à tramitação dessa proposta. O próprio Presidente Lula, e acredito na sua sinceridade, por diversas vezes, já perguntou a mim como está o andamento dessa proposta na Câmara dos Deputados.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Nosso Secretário-Executivo, João Bernardo, está-me informando que já existe acordo em relação ao texto. Parece-me que estamos de acordo. Inclusive, fiz a ressalva no sentido de que poderia haver algum problema do ponto de vista técnico, mas ele está me informando que já fizemos acordo. Os Parlamentares que tratam dessa questão dentro da Câmara e os técnicos do Poder Executivo já fizeram um acordo. Portanto, temos que fazer um esforço político, dentro das várias prioridades que temos aqui, para colocar também essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tem a palavra, para a réplica, o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Ministro, havia também perguntado sobre a correção da tabela de Imposto de Renda, o que não foi respondido.

Quero dizer que com relação aos investimentos e as despesas, os números, conforme apresentados no orçamento, se formos considerar as contribuições patronais nas despesas e descontar nos investimentos os feitos pelas estatais, são aqueles aos quais me referi, 17,96% para aumento de despesas com pessoal e encargos, inclusive contribuição patronal, e 13,29% os investimentos sem considerar as estatais. Mas o espírito da resposta está entendido, só gostaria de fazer essa observação.

Quero dizer que não fiquei incomodado com a resposta do Presidente, só que o investimento não pode ser considerado como tal, porque são 10 bilhões de empréstimos tomados pelos Municípios e Estados, e não investimento do orçamento para o setor de saneamento básico, que, reafirmo, está muito aquém do Governo anterior. Já que o Governo Lula gosta tanto de comparar dados com o Governo de



Fernando Henrique, então, de 1999 a 2002, fazendo as devidas correções, o percentual foi de 68,1% dos investimentos realizados neste Governo em relação ao Governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado.

Passaremos agora para o terceiro bloco. Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Saúdo o Sr. Presidente, o Sr. Senador Valdir Raupp, Relator do Orçamento, as Sras. e Srs. Deputados, as Sras. e Srs. Senadores, o Sr. Ministro e o seu Secretário-Executivo.

Sr. Ministro Paulo Bernardo, gostaria de uma explicação mais clara sobre o refinanciamento de dívidas, que comprometem 43,4% do orçamento brasileiro. São dívidas relativas a estatais, Governo Federal, Estados, Municípios. Gostaria que V.Exa. desse um detalhamento um pouco mais específico sobre o que estamos pagando e a quem, o que estamos refinanciando e a quem. Trata-se de uma das maiores despesas do nosso orçamento, e gostaria de ter uma idéia mais clara de como isso está sendo detalhado.

Sr. Presidente, vejo à pág. 7 que os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social têm um aumento de 9,7 bilhões para 11,6 bilhões de reais, ao mesmo tempo em que o fundo de exportação tem uma relação menor, há uma queda com relação ao fundo de exportação. Há um privilégio, então, nas despesas obrigatórias, com relação à assistência social, Ministro?

Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado, fiquei muito surpreso com o gráfico do aumento dos gastos do Poder Judiciário e acho que devemos trazer representante daquele Poder para discutir o orçamento aqui também, juntamente com o próprio Poder Legislativo. Não discutimos o orçamento do Poder Legislativo como deveríamos, e esses aumentos que vimos precisam ser melhor discutidos e detalhados. Aliás, é parte do trabalho que devemos executar. Fica registrada a sugestão de trazermos o Poder Judiciário para discutirmos esses aumentos.

Ministro Paulo Bernardo, com relação à recuperação de créditos da Previdência Social, foram arrecadados 7,9 bilhões, em 2006, e a previsão é de 8,6 bilhões para 2007.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Onde, Deputado?



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Na pág. 11. Pergunto: a recuperação de créditos diz respeito a empresas e prefeituras? Qual a proporção de empresas e prefeituras nessa recuperação de crédito?

Sr. Ministro, houve essa conversa quando V.Exa. era o Presidente da Comissão e o Deputado Gilmar Machado acabou por fazê-lo. Criamos o Comitê de Controle, Fiscalização e Avaliação do Orçamento Brasileiro. Vimos neste último ano as dificuldades enfrentadas com relação ao controle orçamentário e à aplicação indevida de recursos, alguns oriundos de emendas parlamentares e outros de origem dos próprios convênios com os Ministérios.

Queremos, Ministro, cada vez mais, que esta Comissão tenha as condições de fiscalização e controle adequadas para verificarmos todo o trâmite, todo o trânsito das aplicações do orçamento brasileiro.

Não temos o controle adequado da maioria dos recursos realizados através de convênios. Sei que isso diz respeito a vários Ministérios, mas esse sistema de controle, evidentemente, inclui o Ministério de V.Exa., até porque é quem planeja e cuida do orçamento e da gestão.

Temos dificuldades com o controle do pagamento de organizações não-governamentais. Não há controle efetivo dos recursos que saem. Não temos controle maior de todas as aplicações feitas com recursos públicos federais. Nas transferências fundo a fundo, Sr. Ministro, o controle é praticamente inexistente. As prestações de contas dos Estados e Prefeituras são enviadas ao Tribunais de Contas Estaduais e dificilmente essa resposta, principalmente a relativa às transferências fundo a fundo, chega para controle mais efetivo desta Comissão.

Fizemos reuniões do Comitê na semana passada — o Presidente Deputado Gilmar Machado lá esteve. As assessorias de orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal têm propostas efetivas. Precisamos aumentar o controle. Não podemos começar a execução de um novo Orçamento com os problemas do passado.

Espero contar com o trabalho do próprio Ministério do Planejamento na facilitação das ações a fim de que esta Comissão possa exercer uma das suas funções constitucionais, que é o controle e a fiscalização.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Peço a ajuda de todos para mantermos a celeridade dos trabalhos.

Os Srs. Deputados e Senadores que desejam interpelar o Sr. Ministro ainda podem inscrever-se. Após a intervenção do Deputado Carlito Merss vamos encerrar as inscrições para esta sessão de debates.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss pelo prazo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Saúdo o Sr. Presidente, Deputado Gilmar Machado. Querido Senador Valdir Raupp, quero ver seu cabelo e sua barba daqui a alguns meses — vamos tirar uma foto hoje. Espero que V.Exa. não sofra o que sofremos e até o final do ano consigamos aprovar o Orçamento. Mas vou dar uma olhada em seu cabelo e em sua barba, porque realmente senti os reflexos da aprovação do Orçamento no percentual de meus cabelos brancos.

Sr. Ministro Paulo Bernardo, querido Secretário-Executivo João Bernardo, nesta reunião de hoje alguns Senadores e Deputados começam a mostrar suas garras. Entre os Deputados e Senadores neoliberais poucos questionaram, nos últimos meses, o valor, por exemplo, do reajuste do salário mínimo. Aliás, ao contrário, adotaram posições demagógicas nesta Comissão e no Senado querendo aumentá-lo, mesmo sabendo, por exemplo, em uma emenda que ainda está sendo discutida, que teríamos um gasto de mais de 8 bilhões na Previdência Social.

Agora ouvi pelo menos 3 comentários de Deputados e Senadores neoliberais questionando por que existem 46 bilhões de déficit na Previdência; dizendo que em saneamento foram gastos somente 10 bilhões, mas que foi empréstimo. Claro! As opções poderiam ser emprestar o dinheiro para Prefeituras e Governos... Na minha cidade, Joinville, infelizmente, o povo não sabe que 42 milhões de reais foram emprestados para obras de saneamento básico.

É claro que também poderíamos usar 10 bilhões para o PROER, para salvar bancos, ou talvez para o início da privatização. Poderíamos pegar mais 10 bilhões e começar o processo, talvez, de venda da PETROBRAS. Está muito estranho o movimento. Servidores, funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos Correios começaram a entender o movimento que ficou claro no debate de domingo.



Quando trabalhamos os números, agora já começaram a aparecer os reais motivos. Há 1 mês faziam de tudo para aumentar o déficit da Previdência e agora parece que estão preocupados.

Acabei de perceber também uma preocupação com a CPMF. Aqueles mesmos que defenderam a CPMF e a utilizaram por muitos anos para outros fins que não reduzir a miséria, que não destinaram os recursos arrecadados para o Fundo de Combate à Pobreza ou para a área de Saúde, agora começam a questionar.

Por isso, Sr. Ministro, esta reunião tem sido muito interessante.

Gostaria de saber se existe nesse projeto, Ministro Paulo Bernardo, algum estudo, a exemplo do Orçamento do Estado de São Paulo, em que uma das maneiras de obtenção de receita é a venda de mais um ativo estadual, a Nossa Caixa, ou alguma emenda — poderia ser uma pergunta ao Senador Valdir Raupp, porque ainda não conheço todas emendas — que considere a possibilidade de venda de algum ativo com a justificativa de obtenção de mais receita.

Ouvi palavras de demagogia no domingo que me impressionaram. Tive o privilégio — não sei se foi privilégio —, no primeiro semestre de 2004, de fazer uma viagem com o Presidente Lula à China. Participaram dessa viagem pelos menos 5 Governadores, entre eles o então Governador Geraldo Alckmin, acompanhado de sua esposa. Deputado Gilmar Machado, fomos no “sucatóo”. Fiquei envergonhado com aquele avião. Saímos de São Paulo e fomos até Cabo Verde, de onde fomos à Ucrânia. Para chegar em Beijing, fizemos 3 paradas. Aquele avião, além do barulho excessivo que fazia, era motivo de chacota. Quando chegamos em Beijing o “sucatóo” foi motivo de chacota das autoridades daquele aeroporto. Isso eu vi nos olhos deles. Como foi motivo de chacota também na Ucrânia, em Kiev, onde paramos. E o Governador estava apavorado dentro do avião. Disse que não era possível um governo como o brasileiro andar em um avião daquele tipo. A encomenda do avião foi feita àquela época, os estudos para a compra do avião forem feitos naquela época.

Quero saber se o Sr. Ministro Paulo Bernardo tem idéia do valor desse avião e se é possível realmente construir os 4 hospitais que, com certeza, a demagogia barata... Ah, construiria 3 hospitais. Então, vamos construir 3 hospitais e vamos



resolver o problema da saúde. Aliás, o problema da saúde começou bem resolvido na época do Sr. Ministro José Serra, o outro, com a criação dos vampiros e dos sanguessugas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - V.Exa. dispõe de apenas mais 1 minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Para concluir, quero saber, Sr. Ministro, se existe algum trabalho de ativos e se o Relator tem conhecimento de alguma emenda de algum Deputado do PFL, do PSDB e, infelizmente, do PPS também, não de todos, mas sei que no PPS há pessoas...

(Não identificado) - Não estou entendendo essa provocação do Deputado Carlito Merss. Essa origem alemã dele costuma provocar dificuldades nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - No PPS há muitos Deputados, acredito porque a sigla ainda é Partido Popular Socialista, que não concordam com o projeto de privatização que está sendo discutido neste País.

Então, gostaria de fazer essas solicitações, para ver se realmente a receita e ativos significa continuar vendendo ativos no Brasil.

(Tumulto.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Declaro encerradas as inscrições.

Ainda está inscrito para este bloco o Deputado Leonardo Mattos. No último bloco falarão o Deputado Daniel Almeida, o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Julio Semeghini.

Com a palavra, por até 5 minutos, o Deputado Leonardo Mattos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS - Saúdo o Sr. Presidente, o Sr. Relator e o Sr. Secretário-Executivo.

Sr. Ministro, é um prazer imenso recebê-lo mais uma vez nesta Comissão. Tenho algumas dúvidas e alguns questionamentos para apresentar a V.Exa.

Começo pela revitalização do Rio São Francisco em contraposição ao projeto de transposição. Em Minas Gerais e na Bahia existem projetos interessantes de transposição, de aproveitamento das águas do Rio São Francisco. Todos esses



projetos estão em situação falimentar porque o custo da água e o da energia elétrica os inviabilizam. Hoje, todos os empreendedores que há 20 anos acreditaram nesse projeto são devedores de bancos no Nordeste, enfim, têm uma dívida monstruosa com os bancos brasileiros, levando à bancarrota aquela idéia inicial de transposição com vistas a projetos de irrigação. É algo que precisa ser mais pensado, mais trabalhado. É uma idéia que traz algum sentimento de nacionalismo, mas que não pode ficar apenas no seu conteúdo invisível. Precisamos trazer para a prática, a fim de que não cometamos erros que possam vir a prejudicar, inclusive, o Orçamento do País.

Com relação à LOAS e à Previdência — nem é um assunto para ser tratado com V.Exa., mas, futuramente, com outros Ministros da área —, é importante que V.Exa. saiba que milhares de pessoas estão perdendo o benefício da prestação continuada e, inclusive, recebendo algumas cartas do Ministério, informando que até então eles vêm se beneficiando de forma equivocada desse programa. O Governo está agora tomando esse benefício dessas pessoas, fazendo essa retirada de benefício sem que nenhum dado fosse alterado dentro dos critérios de concessão. A pessoa recebia o benefício porque a família não tinha condições, enfim, de acordo com a regras, essas regras não mudaram, a situação não mudou, e eles estão recebendo uma carta informando que perderam o benefício.

Precisamos analisar essa situação com mais profundidade, porque esse benefício é a alimentação, é a salvação de milhões de pessoas, deficientes e idosos de nosso País, os quais não podem ficar desprezadas por governo nenhum, não importa o governo que esteja administrando a Nação. Não podemos correr o risco de ver essas pessoas sem esses recursos, garantidos até pela Constituição, no art. 203.

Falou-se muito em viagem à China aqui. Decidi estudar um pouco mais sobre um setor econômico do nosso País, a indústria têxtil. Essa indústria perdeu pelo menos 300 mil postos de trabalho nos últimos 3 anos. E perdeu esses empregos em razão da importação de produtos chineses. Isso foi matéria do jornal de domingo, que mostrou com clareza o aumento do volume de importação de têxteis e da indústria de confecção, quando deveríamos estar exportando esses produtos.



Começamos agora a importar produtos da China, inclusive produtos têxteis, que abrangem larga margem da economia nacional.

Todo país que se preza tem que dar profunda atenção à indústria têxtil, porque ela abrange do agricultor ao padeiro. É uma indústria extremamente larga, com aproveitamento intenso de mão-de-obra, e de uma mão-de-obra que não pode ser absorvida por outros setores da economia.

Em uma visão rápida da proposta orçamentária, Ministro, não percebemos os condicionantes de reversão desse quadro. Nós, ao contrário, percebemos que esse quadro tende a se aprofundar, incentivando, estimulando o produtor de tecido daqui a ir à China buscar o tecido. Está muito mais barato buscar o tecido lá e colocá-lo aqui no porto do que produzir o tecido aqui. Quando esse processo atingir definitivamente — e já começou a atingir — o setor de confecção pronta, a nossa indústria têxtil estará falida de forma irremediável.

Então, para que isso não aconteça, precisamos resolver alguns condicionantes que têm facilitado a importação desses produtos da China, como, por exemplo, o dólar com valor muito baixo. Precisamos dar tratamento especial a esse setor da economia brasileira. Mas, infelizmente, não vimos na proposta orçamentária nenhuma ação direcionada para esse setor.

Eu gostaria que V.Exa. dissesse o que o Ministério e o Governo têm pensado sobre esse grave problema que a sociedade enfrenta atualmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado Leonardo Mattos.

Com a palavra o Sr. Ministro Paulo Bernardo, para responder as perguntas desse novo bloco.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O Deputado Colbert Martins pediu que eu falasse um pouco sobre a forma como é alocado o refinanciamento da dívida pública.

Na verdade, se V.Exa. observar, verá que o valor que aí está é inclusive mais alto do que a própria dívida mobiliária, que é da ordem de 1 trilhão. O que significa isso? No orçamento, ficam expressos os valores da emissão de títulos. Então,



quando há mais de uma emissão durante o ano, o valor entra 2 vezes. Por isso dá esse montante.

Temos estoque, como já disse, da ordem de 1 trilhão de reais. O refinanciamento, em 2006, alcança a cifra de 873 bilhões, enquanto em 2007 vai ser de quase 656 bilhões.

Na verdade, o que tem acontecido é que gradualmente temos conseguido aumentar o prazo de giro da dívida. Só para se ter idéia, no ano de 2006, o prazo médio de vencimento dos nossos títulos é de 32 meses. Para 2007, a nossa previsão é que vamos ter prazo médio de 35 meses. O que está acontecendo? Estamos gradualmente alongando o prazo de vencimento da nossa dívida.

Houve época em que era preciso girar a dívida a cada 4 meses. Esse era o prazo médio: 4, 5 meses. Então, Deputado, isso nos dá condições de ter mais credibilidade, e essa credibilidade aumenta a possibilidade de alongar cada vez mais o vencimento dos nossos títulos.

V.Exa. fez uma comparação entre o crescimento das despesas com a LOAS e o que aconteceu com a Lei Kandir. Na verdade, sobre a Lei Kandir já falamos, já discutimos. Precisamos achar uma saída para dizer claramente e de forma definitiva quanto tem que ser inserido no Orçamento para desoneração das exportações. Essa é uma questão que fica em aberto. Então, todo ano temos discutido, daí o porquê dessa variação.

Já com relação aos benefícios da LOAS, tivemos crescimento, como disse V.Exa., de praticamente 2 bilhões, o que significa pouco mais de meio por cento do Produto Interno Bruto. E a LOAS teve crescimento porque mudamos recentemente algumas condições. O Estatuto do Idoso, por exemplo, teve redução da idade. Houve algumas outras condições que permitiram o ingresso maior de pessoas, além dos reajustes do salário mínimo — nos últimos 2 anos, tivemos reajustes importantes do salário mínimo, em termos reais.

Em relação a essa recuperação de crédito sobre a qual V.Exa. perguntou, não tenho detalhamento disso aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - V.Exa. quer saber de onde vem. Não tenho detalhamento disso aqui. Vou obter e vou lhe mandar esse detalhamento. Vou ficar devendo, portanto.

Com relação às outras questões, que dizem respeito à fiscalização, ao aprimoramento do trabalho tanto do Congresso quanto do Executivo e do Tribunal de Contas, concordo plenamente com a afirmação de V.Exa. de que temos que aperfeiçoar os nossos métodos. Recentemente, adotamos a obrigatoriedade do pregão eletrônico, inclusive para Estados, Municípios e entidades do terceiro setor que recebem dinheiro federal. As compras têm que ser feitas por meio de pregão eletrônico. Temos um grupo no Governo trabalhando essa questão. Há inclusive um grupo de trabalho aqui no Congresso também. Não sei em que Comissão, mas já tivemos Parlamentares e assessores da Comissão reunidos para tratar das questões conjuntas entre o Executivo e o Legislativo. Penso que temos condições de avançar, tanto nos convênios, nos repasses para ONGs, que também são modalidades de convênio, como nas transferências fundo a fundo. Elas têm também que ter mecanismos de prestação de contas, não para o Executivo, até porque não temos que pedir isso, mas para os órgãos de fiscalização, dentre eles, o Poder Legislativo.

O Deputado Carlito Merss fez uma série de considerações, animou o debate. Vou me abster de acrescentar comentários. (*Risos.*)

A conclusão a que cheguei foi que o Deputado Eduardo Sciarra gostou da fala do Presidente, porque eu disse: se incomodou. E S.Exa. disse: “*Não, não me incomodei*”. Brincadeiras à parte, não vou entrar nesse debate.

Quero dizer ao Deputado Leonardo Mattos que concordo com o que S.Exa. disse. Temos que, no nosso projeto, trabalhar a idéia dos projetos de transposição e resolver as questões que o tema envolve, basicamente a ambiental. Precisamos tirar os obstáculos para fazer avançar os gastos com infra-estrutura. Mas isso não elimina nem impede que nesse período continuemos trabalhando a questão da revitalização. Temos que fazer as obras de saneamento básico, de tratamento de água.

Concordo também que é preciso achar alternativas que tornem mais factível a irrigação, por exemplo. Na verdade, a transposição tem um componente grande de abastecimento de água, de interligação das bacias. Não sei se o forte vai ser



irrigação. Mas concordo que o trabalho para viabilizar os projetos de irrigação é absolutamente fundamental. Temos grandes projetos que ainda não conseguiram se consolidar plenamente e produzir aquilo que havia de previsão na época de sua elaboração. Isso precisa ser resolvido.

Quanto à questão dos benefícios da LOAS sobre o que V.Exa. reclama, na verdade, preciso informar-me melhor sobre isso. Vou conversar com o Ministro Nelson Machado e com o Ministro Patrus, que talvez seja o responsável. Vou ficar devendo a V.Exa. uma resposta sobre como está acontecendo esse processo de corte de benefício e sobre essas cartas. Preciso informar-me e me comprometo a retornar uma ligação para V.Exa. para tratar desse assunto. Penso que seja um assunto delicado, importante. Para nós é prioridade tratar bem dessa questão. Portanto, vou pedir a V.Exa. que me permita dar um retorno depois.

Na questão dos produtos têxteis — e isso também se aplica, de certa forma, à questão do setor de calçados —, aderimos a um acordo na OMC. Parece-me que isso foi há quase 10 anos. Esse acordo foi feito com um período de carência e me parece que entrou em vigor a partir do começo de 2004. Quer dizer, havia ficado definido que no início de 2004 se abririam os mercados para os produtos indistintamente. Índia e China, particularmente, são os mais fortes em produtos têxteis. Mas compartilho da preocupação de V.Exa. Temos que ter políticas para defender o produtor rural, o produto nacional, o emprego, para dar competitividade ao setor.

V.Exa. citou o caso das confecções. Em alguns segmentos do setor de confecções já temos problemas, principalmente naqueles produtos menos personalizados, menos elaborados, onde há concorrência muito forte com os produtos da China. Já no setor de confecções onde há agregação maior de valor, temos conseguido manter a nossa competitividade. Mas penso que temos que discutir políticas governamentais — e essa é uma responsabilidade conjunta também do Congresso —, para discutirmos como reagir, a fim de manter nossas condições e, basicamente, a produção e o emprego no País. Concordo com a fala de V.Exa. nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Vamos para o último bloco.



Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Ministro, Sr. Secretário Executivo, o Deputado Carlito Meross nos revelou que o avião da Presidência teria sido comprado por sugestão do Governador de São Paulo. O Brasil sabe que ele costuma sugerir compras de vestidos, não de avião.

Sr. Presidente, houve uma contradição entre gastos ou recursos para investimentos e despesas com pessoal. Não deve haver contradição entre esses 2 elementos. É evidente que temos que aumentar os investimentos no Brasil. O Orçamento precisa destinar mais recursos para investimentos, que há muito tempo não são feitos. Há um passivo, há uma necessidade de aumento dos recursos para investimentos que todos reconhecemos.

Mas há também necessidade de se fazerem despesas com o pessoal, porque durante muito tempo não foram feitas. Não foram contratadas pessoas para as universidades, para os hospitais, para a Previdência, o que é absolutamente necessário. Temos que aumentar o número de funcionários em várias áreas do Estado, para que possamos dar conta das necessidades do Estado. Há agora uma conversa sobre Estado mínimo, Estado máximo, choque de gestão. Estamos verificando que, quando se aumenta o número de pessoas em determinadas áreas, tem-se maior eficiência e aumenta-se a arrecadação. Isso não é gasto, é investimento em maior eficiência no funcionamento do Estado.

E nem falamos ainda das demandas sociais, das políticas públicas destinadas a atender à demanda social em nosso País. Portanto não há qualquer justificativa para contermos a elevação das despesas com pessoal, desde que sejam direcionadas, como têm sido, para as necessidades do nosso povo.

A contradição principal sobre a qual ninguém fala diz respeito ao problema do endividamento, a tal da herança maldita que o Governo anterior deixou. Se analisarmos o Orçamento, veremos o problema do endividamento: financiamento da dívida, 43,4%; amortização da dívida, 5,1%; juros e encargos da dívida, 11%, o que significa 166 bilhões. Esse é o problema do qual, às vezes, as pessoas tentam fugir: a herança que deixaram como legado para o atual Governo.

A indagação que gostaria de fazer trata exatamente daquilo que o Deputado Colbert Martins especulou. Não seria possível dar tratamento diferenciado, diminuir



esse peso insuportável que o Brasil está tendo que carregar com esse endividamento? Como essa dívida se distribui? Gostaria de reforçar essa indagação, deixada aqui pelo Deputado Colbert Martins.

A outra pergunta é sobre as taxas de juros. A previsão que temos da SELIC é de 13,68%. Levando em conta inflação no patamar de 2%, teremos taxa de juros real no ano que vem de aproximadamente 12%, ainda num patamar considerado absolutamente insuportável ou que inibe o desenvolvimento da atividade produtiva em nosso País. Ministro, não seria necessária uma ousadia maior em relação a essa taxa de juros que está prevista aqui de 13,68%?

Sr. Ministro, essas são as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que disporá de 5 minutos.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Gilmar Machado, prezado Ministro Paulo Bernardo, minha primeira questão refere-se à área da cultura, até porque hoje estou acompanhado do ator Ney Piacentini e do diretor Oséas Borba Neto, que nos visitam.

Mais de uma centena de artistas, dramaturgos, diretores de companhias de teatro e dança e de cooperativas estiveram na Comissão de Educação do Senado Federal, em outubro do ano passado, e, num esforço conjunto de inúmeros Senadores — incluídos os Senadores Roberto Saturnino Braga, Paulo Paim e Sérgio Cabral, Presidente da Comissão de Educação —, que se empenharam muito para que fosse apresentada uma emenda de Comissão, conseguimos fortalecer a área de cultura. Quero assinalar, Ministro Paulo Bernardo, que se verifica, na página 19, nos quadros que V.Exa. apresenta nesse relatório do Orçamento 2007, uma evolução positiva para a área de cultura: em 2003, 128 milhões; em 2004, 224 milhões; em 2005, 372 milhões; em 2006, 405 milhões para serem executados; e para 2007, 425,7 milhões, o que representa avanço, graças sobretudo ao esforço do Ministro Gilberto Gil.

Como eu disse, houve grande esforço para apresentar uma emenda de Comissão — e que foi objeto de diálogo, no ano passado, com o Relator Deputado



Carlito Merss — da ordem de 30 milhões de reais referente a editais públicos para teatro e dança em todo o País, por meio da FUNARTE e do Ministério da Cultura. Como esses recursos ainda não foram liberados, há grande expectativa no sentido de que sejam liberados a tempo, neste ano, para que os editais possam ser realizados e, assim, ser concretizado esse esforço que resultou da mobilização de muitas pessoas da área da cultura e do apoio do nosso querido Ministro Gilberto Gil.

Em segundo lugar, caro Ministro Paulo Bernardo, observo nas suas estimativas para 2007 que a Taxa SELIC prevista para o próximo ano é de 13,68%, e nas notas técnicas a previsão para o final do ano é de 13%. Ora, considerando-se a inflação para o próximo ano em torno de 4%, teríamos ainda uma taxa da ordem de 9%. E V.Exa., nas notas técnicas aqui apresentadas, indica que o Brasil está com a maior taxa real de juros do mundo. Pergunto: será que vamos continuar a ter também, no próximo ano, uma taxa de juros tão alta em termos reais? Não seria o caso de prevermos taxa de juros mais baixa, para que deixemos de ser campeões mundiais da taxa de juros? Será que há entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento vontade de permanecer à frente neste campeonato? É bom ser campeão mundial de futebol, de boxe, de tênis, mas não campeão mundial de taxa de juros.

Querido Ministro Paulo Bernardo, se V.Exa. deseja alguém que possa contribuir para argumentar que o caminho pode ser outro, disponho-me a ajudar nesse sentido.

A terceira questão refere-se à evolução positiva que vem tendo o Governo do Presidente Lula em erradicar a pobreza absoluta. O fato de, em 2003, 2004 e 2005, ter havido diminuição de 19,2% no número de pessoas que vivem com menos de 121 reais *per capita* mensalmente é um grande feito. Essa foi a maior diminuição, Presidente Gilmar Machado, desde quando a PNAD começou a medir o grau de pobreza absoluta. Mas, ainda assim, em 2005, tínhamos 42 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha oficial de pobreza.

No debate de domingo último, esse tema foi central. Inclusive, ambos os candidatos estão preocupados em melhorar os programas de transferência de renda no próximo quadriênio.



Caro Ministro Paulo Bernardo, uma vez que já foi aprovada a lei que institui a renda básica de cidadania, que será instituída gradualmente, por etapas, começando pelos mais necessitados, como o faz o programa Bolsa-Família, que tem tido resultados tão positivos, pergunto: no âmbito do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, interagindo com o Ministério de Desenvolvimento Social, houve eventuais diálogos sobre essa evolução? Considerando que o Bolsa-Família já atingiu um quarto da população brasileira, quais serão os próximos passos na área de transferência de renda?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Senador.

Tem a palavra o último inscrito, Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, farei apenas 2 perguntas. Percebi que alguns Deputados ainda estão de ressaca, com dor de cabeça, por causa do coro que tomaram no debate de domingo, e fizeram 2 provocações que me sinto na obrigação de responder.

Primeiro, conheço o Governador Geraldo Alckmin há muitos anos, desde a época em que foi Vice-Governador de Mário Covas, com quem trabalhei. Tenho certeza absoluta de que ele pode ter-se assustado com o avião e se manifestado, mas jamais passou por sua cabeça dar sugestão ao Governo do PT e muito menos de comprar avião. Se o nobre Deputado Daniel Almeida quis sugerir qualquer coisa, é melhor se informar mais e até prestar um pouco mais de atenção no que seu companheiro disse.

Alckmin falou a verdade. Ele vai vender o avião, porque vai ganhar as eleições. E se o valor do avião dará para construir 1, 2 ou 3 hospitais e de que tamanho, depende. O PSDB costuma ser bem eficaz no seu processo de compra, inclusive com o uso do pregão eletrônico. Não estamos preocupados. O tamanho dos hospitais que serão construídos será definido pelo nosso Governo, no próximo ano.

Deputado Carlito Meres, V.Exa. também disse que há um projeto de privatização no Brasil. Não há projeto nenhum. O que estamos sentindo é que alguns Deputados e algumas outras pessoas insistem em querer enganar o povo brasileiro. Assisti a uma cena a que jamais pensei que fosse assistir em minha vida



e até hoje ainda estou tentando entender: um candidato que, não sei por que, acabou dizendo algumas mentiras. Mentiras foram ditas até pelo próprio Presidente da República, no rádio, no sentido de que o PSDB tem projeto de privatização. Deixo claro que não há nenhum projeto de privatização. O que há é a vontade do PSDB de restaurar o orgulho dos servidores dos Correios, de transformá-lo numa das melhores empresas do Brasil e tirá-lo de qualquer manchete que possa vinculá-lo com qualquer outra coisa. Queremos, na verdade, dar aos Correios mais ação, mais oportunidades, inclusive as que o mundo digital hoje oferece. E o mesmo em relação ao Banco do Brasil, uma vez que o setor de agronegócio precisa avançar bastante. Não há nada de privatização. Há sim alguém querendo enganar o povo, mais uma vez, como já fizeram na história do Brasil.

Ministro, gostaria de fazer uma pergunta. Sobre os juros, 2 Deputados que me antecederam, neste mesmo bloco, já perguntaram. Tem de haver uma política clara de juros. Como o próprio Ministro Furlan tem dito, ela tem de estar ligada a uma política de crescimento do Brasil. Uma vez que a luta contra a inflação já está tão avançada, e o problema tão resolvido, é importante que realmente deixemos clara uma política mais agressiva para os juros.

Sobre a Lei Kandir, V.Exa. também já respondeu. Mas há algo que não sei se foi respondido ou não, porque o próprio Deputado Carlito Merss disse que o Senador Valdir Raupp estará com cabelo branco no final do processo. Isso às vezes acontece por causa de alguma confusão que o próprio Governo ou a sua base cria na Comissão de Orçamento. Veja uma delas: o Governo encaminhou a LDO ao Congresso, recentemente, mencionando redução de despesas correntes de 0,1% do PIB. Mas, por incrível que pareça, a proposta orçamentária da união para 2007, encaminhada ao Congresso Nacional, não respeita essa redução.

Mais uma vez, o Poder Executivo transfere o ônus de cumprir a legislação orçamentária para o Legislativo. Este, sim, terá de ganhar alguns cabelos brancos, porque terá de cortar 5,2 bilhões em despesas correntes para ajustar a Lei Orçamentária.

Se a LDO for aprovada nos termos em que se encontra, essa transferência de responsabilidade diminui sobremaneira a participação propositiva do Legislativo



nesta peça orçamentária, inviabilizando o processo de emendamento do orçamento pelo Congresso Nacional.

Ministro, o que realmente fez o Governo Federal mandar uma LDO e uma proposta orçamentária agora com diferença significativa?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, fui citado e gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - V.Exa. tem a palavra por um minuto.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Gostaria de dizer que o Deputado Julio Semeghini, a exemplo de seu candidato à Presidência, tem mostrado suas garras agora. Foi bom. Este processo eleitoral está revelando a forma de alguns que se diziam educadinhos, mas que estão mostrando como são. O Sr. Alckmin tem, na Lei Orçamentária de 2007, 3 milhões de reais para manutenção de aeronaves. Então, ele mentiu, no domingo, se ele disse que vendeu as aeronaves. Mais: o Sr. Mendonça de Barros, o grande interlocutor privatista do PSDB, disse à revista *Exame* que o Governo brasileiro tem de vender, sim, as estatais, inclusive a PETROBRAS. Esse é o debate que os tucanos têm medo de fazer.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, V.Exa. não deveria ter concedido a palavra ao Deputado. Ele não foi acusado de nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Foi só para seguir o Regimento.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só quero esclarecer 2 coisas: V.Exa. disse que Geraldo Alckmin mentiu. Não mentiu coisa nenhuma. Os aviões foram vendidos. Se V.Exa. quiser posso lhe mandar o preço por escrito e quem comprou, só para que vocês nos respeitem um pouco mais.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Gostaria que V.Exa. me enviasse também o Orçamento de São Paulo, por que dele consta manutenção de aeronave.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Vou lhe mandar, hoje à tarde. E espero que V.Exa. se retrate, Deputado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Estamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Não



estamos debatendo as questões de São Paulo, que tem a sua Assembléia Legislativa e consegue fazer o seu debate.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Consegue abortar as CPIs — 69.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Vamos discutir o Orçamento da União.

Concedo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, para responder as perguntas do último bloco.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O Deputado Daniel Almeida pediu que fosse comentada a questão da dívida.

Acabamos de ter o horário eleitoral. Vamos voltar à discussão do Orçamento. Em 2002, falava-se muito nas vulnerabilidades externas. Havia um foco muito grande na dívida externa do País. O que verificamos, hoje, é que não temos mais, na prática, dívida externa. Temos hoje dívida externa menor do que o volume de reservas de dólares que temos. Portanto, nós temos inclusive a opção de, eventualmente, se quisermos, liquidar em parte ou no todo essa dívida externa que persiste e que é menor que as nossas reservas em dólar.

Nós temos basicamente uma grande dívida interna ainda. Como essa dívida é financiada? Sempre que surge essa discussão é bom lembrar que essa dívida está pulverizada na mão de milhares, talvez milhões de aplicadores, que têm seus recursos nas instituições financeiras, basicamente, e essas instituições compram títulos do Governo Federal.

O compromisso de cumprir as condições desse financiamento que o Estado faz eu acho que é indiscutível. Nós temos que cumprir esses compromissos, temos que manter a administração dessa dívida como ela de fato é hoje. O título federal é considerado absolutamente líquido, tem credibilidade total. E aí, entrando na questão das taxas de juros, que foi mencionada pelos 3 debatedores — o Senador Suplicy, o Deputado Júlio e também o Deputado Daniel —, quero dizer que me parece que nós vencemos aquele período de incerteza que nós tínhamos.

O Senador Suplicy citou dados da nota da Consultoria de Orçamento como se fosse minha, sobre o *ranking* mundial de taxas de juros. Eu não discordo disso. Só quero lembrar que nós já tivemos taxas de juros de 48%.



Depois do processo eleitoral de 2002, na posse do Presidente Lula, as taxas de juros estavam em 25%. Nós tivemos, nos primeiros 3 meses de 2003, a elevação, primeiramente para 26%, depois para 26,5%. Depois, a administração da dívida permitiu que nós fôssemos alongando o prazo. Nós diminuimos para quase zero — e acho até que já zerou — a dívida que era vinculada ao dólar.

Até o final de 2002, um terço da nossa dívida era atrelado ao dólar. Quer dizer, uma pequena variação no dólar provocava instabilidade enorme na nossa dívida. Nós acabamos com isso. Nós aumentamos grandemente a parcela da dívida prefixada e diminuimos aquela que é pós-fixada. E temos um processo de redução das taxas de juros. Eu quero defender isso. O Banco Central nesse período fez trabalho excepcional.

O Senador Suplicy falou até sobre a possibilidade de ser um conselheiro. Não sei como seria isso, mas eu vou levar essa sugestão para o Presidente. Eu sei que V.Exa. tem canal direto com o Presidente, mas eu vou levar a proposta a S.Exa.

Neste período nós reduzimos bastante a taxa de juros, que hoje está no menor patamar dos últimos tempos. A TJLP foi para 6,85%. Eu acho que não houve ainda, desde a criação da TJLP, alíquota tão pequena, taxa tão pequena.

Concordo plenamente com aqueles que cobram. Há condições de se diminuir mais? Há. Eu acho que as condições estão dadas. A inflação deste ano pode ser de menos de 3%. Esse é um componente importante. O equilíbrio fiscal é importante. As discussões que vamos fazer no ano que vem, sobre as questões fiscais — e eu citei isso aqui no começo —, como a DRU, a CPMF, essa discussão que os Parlamentares levantaram sobre gastos correntes, investimentos, tudo isso são sinais fundamentais que vamos dar para a economia. Disso vai depender a continuidade da queda das taxas de juros e a possibilidade de nós efetivamente termos um processo sustentado de redução dos gastos correntes, de aumento da parcela destinada a investimentos e a gastos importantes como cultura e educação. Mas, insisto, temos que ter sinais de que vamos efetivamente diminuir, de maneira consistente, a carga tributária. Isso vai permitir que as taxas de juros caiam muito mais rapidamente. Estou convencido disso.

O Banco Central fez excelente trabalho nesse período, como disse, e vai fazer mais ainda. Nós temos condições de continuar diminuindo as taxas de juros.



Então essa projeção que existe para o final do ano que vem, de 13%, talvez já esteja até superada, Senador. Quando nós fizemos a proposta de orçamento e colocamos essa projeção de 13%, a projeção de inflação para este ano era de 4,5%. Nós vamos ter inflação na casa de 3%. Talvez tenhamos condições de ter aceleração maior na queda das taxas de juros, e é necessário que tenhamos. Mas é preciso lembrar que nós precisamos ter os fundamentos da economia em ordem para que isso aconteça.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY - É uma boa notícia essa da possibilidade de termos taxas de juros bem mais baixa ao longo do ano que vem.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Eu estou muito convencido disso, Senador. E isso é necessário, é um sinal importante para a nossa economia.

Aproveito então para falar da cobrança que V.Exa. fez. Anotei o número da emenda. Quero dizer que nós não atendemos ainda emendas de bancada e de Comissão este ano. Nós fizemos esforço para atender as emendas individuais — nem todas foram atendidas, mas uma grande parcela delas foi. Essa era uma cobrança e um acordo que fizemos com o Congresso Nacional. As emendas coletivas, de Comissão ou de bancada, serão tratadas. O que eu posso dizer é que o Ministério do Planejamento vai ajudar a resolver essa questão da emenda da cultura. Vamos somar esforços para resolver esse problema. Vamos ajudar nesse sentido.

O Senador Suplicy falou ainda sobre os dados da PNAD, mostrando que houve redução importante na miséria. É importante sempre falar isso. Dezenove por cento de redução é um grande resultado. Mas também é importante falar que ainda há mais de 40 milhões na pobreza. Nós estamos fazendo esse debate. O Congresso está fazendo esse debate. Tenho acompanhado debates que os acadêmicos fazem sobre quais as melhores formas de aprofundar esse processo de redução da pobreza. Acho que esse trabalho vai ser um trabalho conjunto: o Executivo, o Legislativo, as pessoas que estudam o problema e trabalham nas academias, o IPEA, enfim, todos juntos vamos apontar o rumo para se conseguir melhorar ainda mais esse resultado.

Quanto às questões levantadas pelo Deputado Julio Semeghini, eu já respondi sobre a taxa de juros. Quanto à LDO, Deputado, nós fizemos uma proposta



e a mandamos para cá. O Congresso não aprovou ainda a LDO. Na abertura da minha fala, eu procurei frisar isso. E vou sair um pouco da condição de Ministro, para falar como Deputado, porque é um absurdo estarmos discutindo a proposta de orçamento sem que haja LDO ainda. Não consigo encontrar uma justificativa para isso. Voltando à condição de Ministro, quero dizer que temos que ter diálogo para resolver isso. Falei com o Deputado Gilmar Machado quando cheguei aqui que precisamos dialogar, ver onde há problema e resolver esse impasse, porque o entendimento do Executivo e também das 2 Consultorias de Orçamento do Congresso é o de que não poderemos votar o orçamento sem votar a LDO.

Então isso tem que ser resolvido. E como vai ser resolvido? Primeiramente, o Congresso tem que melhorar aquela redação. A redação atual desse dispositivo do código de despesas não é suficiente. Temos que falar francamente. Temos que melhorar a redação. As Consultorias de Orçamento das Casas do Congresso pensam do mesmo jeito. Na hora que resolvermos votar, teremos que fazer as adequações. E aí sou obrigado a devolver para V.Exa. a cobrança. Ora, V.Exa. disse que a participação propositiva do Congresso vai diminuir, porque diminui a nossa possibilidade de apresentação de emendas. Mas emenda pode ser para aumentar ou para diminuir. Nós podemos fazer emendas para aumentar receita, para diminuir receita, para aumentar despesa e para diminuir despesa. E aí o Executivo não vai ficar de fora olhando. Nós viremos aqui para sentar e discutir do ponto de vista técnico e, evidentemente, do ponto de vista político as prioridades. Se tiver que mexer, vamos discutir onde vamos mexer. Não nos eximimos da responsabilidade de fazer isso, mas a bola está no Congresso Nacional. A Comissão de Orçamento e o Plenário do Congresso terão de ajudar a resolver isso. A LDO só será votada agora. Na prática, isso significa que a proposta orçamentária terá de se adequar à LDO. Se a Lei de Diretrizes Orçamentárias tivesse sido votada, já teríamos enviado a proposta. O Executivo sempre fez isso.

Enfim, creio tratar-se de um imbróglio, digamos, técnico, jurídico e político. Mas temos de sentar e discutir. Claro que teremos de fazer isso, em parte, no calor do debate eleitoral. Isso acirra os ânimos. Mas, independentemente de qualquer coisa, o País precisa do Orçamento para o ano que vem. Teremos, então, de nos debruçar sobre a questão.



Mesmo depois da eleição, haverá debates acirrados, até porque questões importantes precisam ser resolvidas. Citei várias, entre elas a questão da Lei Kandir. Deveríamos também, de uma vez por todas, regulamentar a questão da saúde, ver o que é gasto nessa área e em que condições. É um desafio, mas podemos ultrapassá-lo neste final de ano. Daqui para dezembro, é perfeitamente possível fazê-lo. Até porque, no ano que vem — esta é a minha previsão —, teremos uma agenda intensa na área fiscal e, evidentemente, a questão orçamentária também terá de ser debatida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, para réplica.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, apenas para constatar que — e, infelizmente, o Relator não está mais entre nós —, se a taxa de juros de 13,68% levasse em conta uma inflação de 4%, naturalmente haveria espaço, e o debate do Orçamento pode ajudar, para diminuir essa previsão. Dessa forma, daríamos uma boa sinalização para o mercado, para a economia brasileira.

Quero também registrar que fico muito satisfeito em ver o PSDB e o PFL fazerem uma autocrítica com relação ao processo de privatização no Brasil. Privatizaram a Vale do Rio Doce; queriam privatizar a CHESF, aliás, para tanto, chegaram a fatiá-la, e queriam quebrar o monopólio postal dos Correios para privatizá-lo. Nos Estados, privatizaram tudo. Na Bahia — o Deputado Colbert Martins sabe disso —, privatizaram até o Instituto de Previdência dos Servidores e uma fábrica de remédios.

De modo que é positivo verificar que estão fazendo autocrítica do processo anterior e afirmando que não mais vão privatizar. Resta saber se o povo brasileiro acredita nisso. Eu, na condição de eleitor e cidadão, tenho minhas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Julio Semeghini, para réplica.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, quero apenas agradecer ao Sr. Ministro a participação no debate e dizer que concordo com S.Exa. Estamos aqui para trabalhar. O PSDB não tem atrapalhado em nada a apreciação do Orçamento nem da LDO. Pelo contrário, quer votar. Apenas fizemos questão de



registrar que, considerando a proposta encaminhada, teremos a responsabilidade de fazer cortes, o que não deveria caber ao Congresso. Isso deveria ter sido planejado pelo Executivo.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para dizer ao nobre Deputado Daniel Almeida que não temos nenhuma crítica. Estamos à disposição para, no dia que S.Exa. quiser, discutir as privatizações, como a das telecomunicações, que fez com que mais de 100 milhões de brasileiros mudassem seu padrão de vida, participassem do maior projeto de inclusão social e de emprego.

Quanto aos Correios, é outra coisa que está na sua cabeça, em sua mente. Há 8 anos faço parte da Comissão de Ciência e Tecnologia...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - V.Exas. propuseram a quebra do monopólio.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ... que discutiu o projeto dos Correios, apoiado pelo PT. V.Exa. está enganado. O projeto saiu da Comissão de Ciência e Tecnologia...

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - O seu Presidente propôs...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ... assinado pelo PT. Portanto, V.Exa. não acompanhou o debate.

Em respeito ao nobre Ministro Paulo Bernardo e a V.Exa., Sr. Presidente, concluo, mas me coloco à disposição do Deputado Daniel Almeida para discutir as privatizações com S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Antes de encerrar os trabalhos, gostaria de agradecer aos Líderes o empenho.

A Comissão Mista de Orçamento cumpriu o prazo: votamos a LDO no dia 22 de junho. A Comissão, portanto, cumpriu seu papel. Repito: a LDO foi votada na Comissão no dia 22 de junho, quando foi enviada ao Plenário do Congresso Nacional. Lá, o trâmite da proposta foi paralisado. Hoje à noite, porém, Sr. Ministro, haverá sessão do Congresso, e nos esforçaremos para que tudo seja resolvido. Não podemos esperar mais.

Informo que o prazo para apresentação de emendas — e alguns Parlamentares levantaram essa questão — só pode ser aberto quando votarmos o relatório preliminar. O Relator vai entregar o parecer no dia 13 e, no dia 16, vamos



distribuí-lo. A partir do dia 31 de outubro, votaremos o Orçamento. A Comissão vai cumprir os prazos.

Mais uma vez, agradeço aos Srs. Líderes por terem dado condições para que a Comissão de Orçamento trabalhasse.

Sr. Ministro Paulo Bernardo, muito obrigado pela presença.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião, antes comunicando que haverá reunião extraordinária hoje, dia 10, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.